

# REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

|  |     |
|--|-----|
| O Problema das subvenções<br><i>Pe. Irineu Leopoldino de Souza S.D.B.</i> .....  | 193 |
| O Apostolado de assistência à saúde<br><i>Irmã Maria Gabriela Nogueira</i> .....   | 207 |
| Unifiquemos a nossa Imprensa<br><i>Departamento de Imprensa da C.R.B.</i> .....  | 217 |
| Casos práticos sobre o Direito das Religiosas — I — O segundo<br>ano de noviciado<br><i>Pe. Frei Rafael de União dos Palmares OFM Cap.</i> ..... | 225 |
| A Catequese realizada pelas Irmãs da Providência<br><i>Irmãs Maria Ange e Maria Rafaela</i> .....  | 229 |
| Alguns Conselhos para o sucesso na entrevista<br><i>Departamento de Serviço e Assistência Social</i> .....                                       | 239 |
| Congresso dos Religiosos do Nordeste .....   | 240 |
| O Segundo Curso de Jornalismo para Religiosos .....  | 243 |
| Relatório da Secção Estadual de Minas Gerais .....   | 247 |
| Erechim — Seminário sobre a liberdade .....  | 252 |
| Novas Fundações .....  | 252 |
| Bibliografia .....   | 253 |

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil  
Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil  
Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

## O PROBLEMA DAS SUBVENÇÕES

*Pe. Irineu Leopoldino de Souza S.D.B.*

A correspondência intensa e continuada que nosso Serviço de Procuradoria mantém com as instituições de educação e assistência, espalhadas por todos os pontos do território nacional, e por outro lado, o contato contínuo dos nossos funcionários com os órgãos competentes do Governo Federal, nos levam a comunicar aos Superiores e Superiores das Casas Religiosas o resultado de uma longa e diuturna experiência, tendo em torno do assunto das subvenções este comentário.

Em nossa Revista de Fevereiro deste ano comentamos o projeto de lei de diretrizes e bases de educação, em tramitação no Congresso Nacional. Iniciamos nosso estudo com duas afirmações básicas, que valem perfeitamente também para o presente estudo. A primeira, é de que as subvenções não têm caráter político-partidário. Destinam-se à manutenção e desenvolvimento de obras de educação, de assistência à saúde, de assistência social. Ora, estas obras não comportam nenhum enquadramento político. É pura e simplesmente um desvio da reta ordem, uma deturpação, o uso político que muitas vezes se faz das subvenções. A cooperação financeira da União, dos Estados e dos Municípios, com instituições particulares que fazem o que o Poder Público não pode e não deve fazer, senão em caráter supletivo, não é coisa que possa estar subordinada às vicissitudes da política partidária. As subvenções traduzem e realizam um princípio de direito natural, que é a distribuição proporcional dos tributos arrecadados pelos Poderes Públicos. Os defeitos e os vícios dos homens, a ambição, o oportunismo, o desejo de ter o poder nas mãos a qualquer preço, provocam no funcionamento das subvenções, defeitos e lacunas que todos lamentamos. Mas ninguém, de bom senso e de critério, condenará o reto uso de uma instituição, porque os homens dela abusaram algumas ou muitas vezes. Corrijam-se os abusos, conserve-se o uso. Não focalizamos portanto o problema das subvenções debaixo do aspecto político que muitas vezes lhe emprestam. A assistência.

como a educação, não tem partidos políticos.

Outra afirmação fundamental que fazíamos a propósito da lei de diretrizes e bases, e que se ajusta perfeitamente às subvenções, é que não estamos diante de um problema fundamentalmente religioso, ou de interesse vital para a Igreja. A Igreja é sociedade perfeita, e por isto mesmo tem em seus próprios quadros, todos os recursos para alcançar suas finalidades. E quando deve recorrer a outra sociedade, qualquer que ela seja, não o faz pedindo, mas simplesmente solicitando o cumprimento de um dever. Se, num dado momento, o Estado suspendesse tôdas as subvenções, poderia acontecer que alguns orfanatos e escolas gratuitas devessem reduzir o número de seus assistidos. Alguns hospitais deveriam limitar o número de doentes gratuitos internados. De quem seria o prejuízo? Da Igreja? Absolutamente. A catequese que hoje fazemos dentro de um asilo, de um educandário, ou de um hospital, nós iríamos fazer nas ruas e nas praças, pregando às multidões.

A Igreja não estaria comprometida, se lhe faltassem as subvenções dos poderes públicos para as obras educacionais ou assistenciais mantidas pelo clero ou pelas religiosas. Mas o Estado estaria seriamente comprometido perante as massas. Os infelizes, deixados à míngua na rua, se encontrariam nestas condições por não ter o Estado cumprido o seu mais comezinho de dever de socorrer, financeiramente, as instituições educacionais e assistenciais. O Estado estaria faltando a um princípio de direito natural, e tôda violação da lei e do direito, traz consigo o desequilíbrio e o desajustamento. Os doentes deixados sem hospital e sem medicamentos, os órfãos largados sem teto, os analfabetos deixados sem instrução, seriam um clamor subindo constantemente aos céus, pedindo castigo e punição para os homens que desviaram de suas verdadeiras finalidades os dinheiros públicos, arrecadados de todo o povo, para beneficiar a todo o povo.

Necessário também deixar bem claro e bem firmado, que a instituição educacional ou assistencial, subvencionada pelo Govêrno, está fazendo educação e assistência, e como tal, tem direito à cooperação financeira dos Poderes Públicos. Isto é encargo do Estado. De pouco valeriam grandiosas construções materiais, estradas intermináveis, imensas siderúrgicas ou centrais elétricas, e tudo o mais de progresso material, se não déssemos ao homem a educação necessária para usar de tudo isto, e se isto fosse apenas privilégio dos bem-afortunados, deixando na sargeta, ao desamparo, milhões de outras criaturas. Tôda prosperidade material, que não tem por base a justiça e a caridade entre os homens, deshumaniza, embrutece, leva à barbarie. E é muito mais perigoso o barbaro com bomba atômica nas mãos, do que o índio com arco e flecha. O progresso e desenvolvimento de uma sociedade, para merecer êste nome, deve principiar pelo progresso e desenvolvimento da criatura humana. E êste se faz pela educação, que forma o caráter e dá ao indivíduo o sentido da vida, e pela assistência, que reforma, corrige, reajusta aquilo que as circunstâncias da vida

desarranjaram, ou que a educação, por qualquer falha, não pôde completar. Um Estado que não ponha em primeiro lugar os problemas educacionais e assistenciais, é um Estado materialista, meramente técnico. De aí para o Estado Comunista, o passo é muito pequeno.

Portanto, o problema das subvenções, é muito mais do Estado do que da Igreja. A Igreja desenvolverá de qualquer forma sua missão educadora e assistencial. O Estado não subsistirá, se as obras educacionais e assistenciais morrerem à míngua de recursos.

Assim como para a educação, também para a assistência estamos diante de gritantes injustiças. Existe o ensino gratuito, oficial, que beneficia apenas uns poucos. O povo todo paga, para que uns poucos privilegiados tenham, de graça, um ensino oficial que custa tão caro. A mesma coisa se passa com a assistência social e sanitária. Existem obras assistenciais do Governo. Para menores, por exemplo, o Serviço de Assistência a Menores. Existe o Departamento Nacional da Criança, existe a Legião Brasileira de Assistência. E muitos outros órgãos oficiais de assistência. Acontece, porém, que o SAM paga, pela internação de um menor em colégio particular, somas insignificantes, até de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais. Em nenhum estabelecimento oficial do SAM um menor fica apenas por isto. Segundo declaração pública de um dos seus diretores em tempos idos, em determinado estabelecimento oficial, cada menor custava Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) por mês, ao erário público. Na mesma ocasião, em estabelecimentos particulares, o SAM pagava apenas Cr\$ 500,00, por menor. A previdência social, através de seus institutos, mantém, em alguns dos nossos grandes centros, enormes hospitais, bem aparelhados e equipados. Mas são bem poucos os que conseguem ser atendidos. Quando a doença chega, não espera as semanas ou meses que o serviço de previdência estabeleceu para a pobre vítima, para ser atendida. E temos aí o contribuinte pagando duas vezes a assistência médica de que necessita. E temos a multidão de contribuintes, de todo o Brasil, pagando mensalmente, para que apenas uns poucos sejam beneficiados. O povo todo paga, para que uns poucos privilegiados tenham de graça, uma assistência médica e social oficial, gratuita, que custa imensamente cara. São defeitos, são lacunas, são injustiças do nosso sistema social, que continuam desafiando a boa vontade dos melhores administradores, e que subsistem graças à deshonestidade de outros, que fazem da desgraça alheia a principal fonte de rendas, econômico-financeiras e políticas, armazenando ira e fogo eterno para o tremendo dia de seu juízo perante o Onipotente.

As subvenções não são um favor do Estado para com as instituições particulares. A monumental declaração do Episcopado Nacional, em Goiânia, afirmou explicitamente: "E, sôbre as subvenções, devemos ter a franqueza de falar claro. Num regime de honestidade, a subvenção não é favor. Ao Estado cabe assegurar meios materiais para que a escola pública ou particular atinja aos seus fins. A distribuição dos auxílios deve

obedecer a critérios objetivos de verificação de serviços, critérios impessoais, não ligados a prestígios, nem a outros interesses inconfessáveis. O dinheiro do Estado não é dinheiro diferente do dinheiro do povo. Deverá ser aplicado em interesse do povo. E nem se diga que distribuir subvenções é pulverizar os recursos que, unidos, dariam ao Estado a possibilidade de manter maiores serviços. Isto é desconhecer o papel do Estado. Ele não deve ser o único órgão de serviço em favor da comunidade. Precisa, pelo contrário, estimular tôdas as forças da comunidade a agirem, a despertarem para, numa atitude de maioria social, suprir, pelos seus próprios recursos, as suas próprias necessidades. Obras pequenas e modestas, perdidas nos sertões distantes, sustentadas pela dedicação e generosidade de grande almas, conseguem, com pequena ajuda do poder público, realizar uma obra de penetração social com muito maior substância humana, que grandiosas instituições estatais dos grandes centros, muitas delas esclerosadas pela burocracia e venalisadas pelo eleitoralismo".

Mais claramente não era possível falar. Nem com mais serenidade, firmeza, explicitando os princípios do direito natural e da moral. A advertência do Episcopado, entretanto, feita há mais de seis meses, parece não ter sido ouvida, como era de se desejar.

Há muitos defeitos no atual sistema de cooperação financeira da União para com as instituições particulares. Defeitos que se encontram também nos Estados e nos Municípios. O Governo ainda não pôs mão em definitivo ao problema, para resolvê-lo. E esbarraria logo, nesta tarefa, com os interesses particulares de indivíduos e de grupos, sobrepostos ao interesse da coletividade brasileira. Não se segue, por exemplo, na distribuição das verbas federais, o critério dos serviços prestados. Um educandário com 100 meninos gratuitos, freqüentemente, não recebe nem sequer a mesma verba que um outro de 50 menores. A consignação das verbas em orçamento, feita pelos membros do Congresso Nacional, atende aos conhecimentos pessoais. Quando atende simplesmente aos seus interesses eleitoreiros, estamos diante de uma aberração, de uma deturpação que a consciência de todos condena. Há um critério discriminativo no atendimento às várias obras. Uma obra de assistência à saúde necessita mais que uma de assistência social, e mais que uma de educação. Mas quando examinamos o Orçamento da União, e temos ao lado os dados de nosso Departamento de Estatística, com o número de menores ou de assistidos, pagantes e gratuitos, em cada obra, salta-nos aos olhos a falta de objetividade e de fundamento, na distribuição de verbas orçamentárias.

Em 1951 o Presidente Vargas quis, em mensagem enviada ao Congresso, atribuir exclusivamente ao Poder executivo a distribuição de subvenções. Sua mensagem aumentava a verba global do Conselho Nacional de Serviço Social, de alguns milhões, e suprimia outros milhões, muito mais, distribuídos pelos membros do Congresso. Se as instituições pudessem confiar no Executivo, talvez ele estivesse, ou pelo menos deveria estar, melhor aparelhado que o Legislativo para distribuição de

verbas. Todos nós sabemos, porém, dos maus destinos que não raro se dão às verbas globais, confiadas pelo Legislativo ao critério e discernimento do Executivo. O êrro e o mal não está nas instituições, neste ou naquele sistema. Está nos homens. Tanto faz a verba ser consignada à instituição pelo Legislativo, como pelo Executivo. É indiferente. O que é necessário é que sejam as subvenções consignadas por homens sérios, de superior formação moral, religiosa, cívica, que ponham o interesse do bem comum acima de seus interesses particulares. Se nossos homens públicos fôsse(m) mais inteligentes, fariam sempre isto, porque esta é a verdadeira forma de construir um prestígio sólido e duradouro. Há muitos membros do Congresso Nacional que se têm reelegido sucessivamente, e se reelegerão, quantas vêzes se candidatarem. O povo, as instituições, os grupos sociais por êles atendidos, os reconduzem sempre ao Congresso. E muitos, dos que fizeram eleitoralismo com as verbas federais, não têm mais voltado aos postos eletivos. O povo os tem repudiado. Há muito eleitor corrupto, infelizmente, que se vende por dinheiro. Mas não há dinheiro suficiente para comprar a consciência de todo o colégio eleitoral de um Estado, para fazer um Deputado ou um Senador. As últimas eleições foram uma séria lição. O mesmo vale para os administradores. Seja quem fôr, por tanto, que distribua ou discrimine as verbas. Basta que isto se faça com retidão e honestidade. Na situação atual do Brasil, é preferível manter a fórmula que se vem adotando, de as subvenções serem distribuídas pelos membros do Congresso Nacional, com inclusão de verbas globais para corrigir eventuais lacunas. Este é o espírito da lei 1.493, de 1951.

Há ainda um defeito, e êste nos parece mais grave: a destinação de subvenções, para instituições fantasmas, que só existem no papel. Nosso Serviço de Procuradoria, encontrando instituições com nomes de Santos, tem mandado o aviso de que a verba existe, e deve ser cobrada com tais providências. Não nos é possível consultar, para cada correspondência, o Departamento de Estatística. E o correio muitas vêzes nos devolve nessa correspondência, com a indicação: não existe a instituição indicada. E quantos órfãos continuaram sem lar, quantas crianças analfabetas continuaram sem escola, quantos doentes indigentes continuaram sem médico e sem hospital, porque o dinheiro do povo, que lhes era destinado, foi roubado por algum poderoso, para outras finalidades. A justiça humana não os apanha. Mas a justiça divina não falhará. Na eternidade veremos o castigo de muitos dêstes pecados, dêstes crimes cometidos contra a coletividade, e que são muito mais graves que os crimes cometidos contra indivíduos singulares.

Mas não se vai concluir agora, da existência destas instituições fantasmas, que tôdas as demais são do mesmo estilo. Muitas vêzes, para medidas restritivas, apela-se para a existência de abuso que se quer corrigir. Mas o abuso não justifica de modo nenhum o cancelamento do reto uso da coisa. Não se contente o govêrno apenas com os papéis do processo, mas envie seus fiscais a verificar as instituições e as obras, in loco.

Mas não envie fiscais e verificadores venalizados e comprados, interessados na mesma orgia. Ainda há muitos homens sérios, capazes de bem se desempenharem de missões difíceis e de defender a honestidade da administração pública. Não é porque existem instituições fantasmas, criadas por um ou outro sem consciência, que se vai agora exigir uma quantidade de documentos — dez, quatorze — para habilitação de uma verba. Para as instituições fantasmas, é tão fácil preparar um documento, como vinte. E são estas precisamente que, por influências políticas mais fortes, vencem tôdas as barreiras, e conseguem o pagamento em tempo mais abreviado que as verdadeiras instituições educacionais ou assistenciais. O Govêrno deve exigir os documentos que a lei marca para o pagamento das subvenções. Não se criem embaraços inúteis, que só vem prejudicar aos honestos.

Não queremos, de modo nenhum, generalizar, quando apontamos falhas e lacunas de ordem moral, crise de honestidade, prejudicando as instituições assistenciais. Nós confiamos no regime, e nos nossos homens públicos, na sua grande maioria realmente devotados ao bem comum, sofrendo como nós a ação desagregadora de uns poucos sem formação e sem responsabilidade.

Outro problema muito sério, em matéria de subvenções, são os “cortes” e os “planos de economia”, que desde alguns anos se vêm tornando crônicos, juntamente com os “restos a pagar”, que ficam sempre restos, e nunca se pagam, mal que vem desde governos passados, e que o atual não saneou, sofrendo as mesmas consequências. E’ bem verdade que a lei de meios, o orçamento da União, no qual vêm as subvenções federais, se impede ao Govêrno cobrar impostos acima do estabelecido nas leis particulares relativas, não o obriga a gastar tudo o que foi previsto. A lei de meios estima a receita e fixa a despesa. Infelizmente a fixação não é respeitada, nem pelo Legislativo, nem pelo Executivo, porque durante o ano correm abundantes os créditos especiais, constituindo um orçamento paralelo ao orçamento oficial da República. Apesar de fixada em lei, a despesa supera sempre o previsto, causando o grande déficit orçamentário em que vivemos há vários anos, agravando sempre mais a espiral inflacionária. Sendo a lei de meios uma simples autorização de despesa, e não imposição, não se pode compelir o Govêrno a pagar as subvenções consignadas. E’ jurisprudência firmada.

Mas o Executivo já adquiriu entre nós, desde governos passados, o vêzo de não executar o Orçamento que o Legislativo lhe apresenta, e que êle mesmo sanciona. Juntamente com a publicação do Orçamento, já a imprensa vai divulgar o plano de economia. Paralelamente ao orçamento oficial, corre outro orçamento, feito pelo Executivo, mutilando o que foi organizado pelo Legislativo. São vícios de funcionamento de nosso regime democrático, que os homens públicos deverão tratar de corrigir enquanto é tempo, para que o Brasil seja democracia de verdade, de fato, e não somente de nome, de rótulo. Em matéria de ensino, não vivemos em am-

biente democrático, não respiramos clima democrático. Em matéria de execução orçamentária, também não respiramos ares democráticos. O Executivo hipertrofiado procede como quer e como entende.

Não podemos, entretanto, aceitar o que muitas vezes se pretende impingir à opinião pública. Os cortes e planos de economia atingem sempre, profundamente, as subvenções. Em 1951 foi a primeira vez que tais cortes se fizeram sistemáticamente. Foi o comêço de males que vieram se agravando sempre mais. O critério adotado, em algumas repartições, para êstes cortes, foi de eliminar totalmente as verbas destinadas a dioceses, paróquias e seminários; às obras educacionais se reduziam as verbas de 75%, às obras de assistência social se reduziam de 50%. Nada para as obras que vinham com o rótulo da Igreja Católica. 3/4 para as obras de saúde, metade para as de educação e 1/4 para as de assistência social. E a redução foi feita, de ponta a ponta, no orçamento. Outros Ministérios adotaram o critério de reduzir uniformemente tôdas as dotações.

Desde 1951, sempre que se anunciam planos de economia, as subvenções são as vítimas apontadas à opinião pública. Como se fôsem as verbas federais as responsáveis pelo déficit orçamentário. Ora, isto absolutamente não é verdade. E o povo tem direito de saber a verdade. Se as subvenções fôsem responsáveis pelo déficit orçamentário, déficit êste que causa tantos males à coletividade, respondendo em tão grande parte pela inflação que tudo arruína, os Senhores Bispos, os Sacerdotes, as Religiosas, em consciência deveriam, espontâneamente, vir ao Govêrno, e renunciar inteiramente às suas subvenções. O espírito público, a causa comum, os levaria a colocar em segundo plano o intcrêsse particular de suas instituições.

Entretanto, os planos de economia poderiam ser realizados perfeitamente — deveriam ser — sem necessidade de se tocar em um centavo sequer das subvenções. Segundo noticiou a imprensa do Rio de Janeiro, nos primeiros dias dêste ano, o plano para 1959 deverá poupar mais de 35 bilhões de cruzeiros. Ao Ministério da Educação toca economizar três bilhões; ao da Justiça, 500 milhões, ao da Saúde, 1 bilhão e duzentos milhões, ao da Agricultura, três bilhões. Não nos interessam os demais Ministérios, porque em seus Anexos orçamentários não se include nenhuma subvenção. Acontece, porém, que a verba total do Ministério da Educação é de mais de 13 bilhões; a da Justiça, de mais de 6 bilhões; a da Saúde, mais de 7 bilhões; da Agricultura, mais de 9 bilhões. Há muitas outras dotações para fazer economia e cortes, sem necessidade de visar logo imediatamente as subvenções. As subvenções do Ministério da Educação, tôdas somadas, vão a 1 bilhão e quase 800 milhões; da Justiça, pouco mais de meio milhão; da Agricultura, pouco mais de 1 bilhão e meio; da Saúde, pouco mais de um bilhão. O quadro demonstrativo seguinte nos mostra bem a situação das subvenções, dentro das dotações gerais de cada Ministério.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

|   |      |                   |
|---|------|-------------------|
| Total da Verba Orçamentária para o Ministério da Educação ....                                    | Cr\$ | 13.224.142.986,00 |
| Subvenções Ordinárias do M. Educação ..   | Cr\$ | 353.993.949,00    |
| Subv. Extraordinárias do M. Educação ..   | Cr\$ | 707.270.949,00    |
| Instituto Nac. Estudos Pedagógicos .....  | Cr\$ | 156.400.000,00    |
| Função Nac. de Ensino Médio .....   | Cr\$ | 211.000.000,00    |
| <hr/>   |      |                   |
| Total .....   | Cr\$ | 1.773.664.898,00  |
| Restam portanto, para outras despesas, sobre as quais poderia incidir o "plano de economia" ..... | Cr\$ | 11.450.478.088,00 |

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

|   |      |                  |
|---|------|------------------|
| Total da dotação Orçamentária para 1959 .....   | Cr\$ | 6.205.102.753,00 |
| Subvenção extraordinária do M. Justiça  | Cr\$ | 179.670.853,00   |
| Subvenção Ordinária do M. Justiça ....  | Cr\$ | 145.008.853,00   |
| Assistência Social "Adendo "A" .....  | Cr\$ | 192.000.000,00   |
| <hr/>   |      |                  |
| Total .....   | Cr\$ | 516.679.706,00   |
| Restam portanto, para outras despesas, sobre as quais poderia incidir o "plano de economia" ..... | Cr\$ | 5.748.422.867,00 |

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

|   |      |                  |
|---|------|------------------|
| Total da dotação Orçamentária para 1959 .....   | Cr\$ | 7.230.632.966,00 |
| Subvenções Ordinárias do M. Saúde ....  | Cr\$ | 232.079.866,00   |
| Subvenção Extraordinária do M. Saúde ....   | Cr\$ | 342.686.768,00   |
| Departamento Nac. da Criança .....  | Cr\$ | 159.900.000,00   |
| Instituições Hospitalares .....   | Cr\$ | 165.200.000,00   |
| Hospitais Regionais .....   | Cr\$ | 31.050.000,00    |
| Combate ao Cancer .....   | Cr\$ | 21.550.000,00    |
| Combate à Lepra .....   | Cr\$ | 65.000.000,00    |
| Combate à Tuberculose .....   | Cr\$ | 119.000.000,00   |
| <hr/>   |      |                  |
| Total .....   | Cr\$ | 1.136.466.532,00 |
| Restam portanto, para outras despesas, sobre as quais poderia incidir o "plano de economia" ..... | Cr\$ | 6.094.166.434,00 |

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

|   |      |                  |
|---|------|------------------|
| Total da dotação Orçamentária .....   | Cr\$ | 9.639.427.823,00 |
| Subvenções Ordinárias .....   | Cr\$ | 194.633.866,00   |
| Subvenções Extraordinárias .....  | Cr\$ | 244.395.866,00   |
| Açôrdos e Convênios .....   | Cr\$ | 1.244.948.452,00 |
| <hr/>   |      |                  |
| Total .....   | Cr\$ | 1.683.978.184,00 |
| Restam portanto, para outras despesas, sobre as quais poderia incidir o "plano de economia" ..... | Cr\$ | 7.955.449.639,00 |

É evidente que cada Ministério tem despesas inadiáveis, como por exemplo a manutenção de seus próprios, de seus funcionários, e outras, sobre as quais não pode recair nenhum "corte" nem redução. Não cabe a nós, neste estudo, computá-las. Mas há sem dúvida muitas dotações que se podem economizar, sem attingir sistematicamente as subvenções.

Não é preciso ter cursos especiais de administração, de economia política, ou de qualquer outra matéria especializada, para se ver logo, com clareza meridiana, que o plano de economia pode muito bem ser levado a efeito, para sanear as finanças enfêrmas da Nação, sem necessidade alguma de attingir as subvenções. Basta o bom senso, basta saber ler números e fazer conta de somar e subtrair. Ninguém poderá contestar os dados dêste esquema, porque são os que se encontram na lei de meios de 1959, nr. 3.487, de 10 de dezembro de 1958, publicada no Diário Oficial da União, Suplemento ao nr. 283, de sábado, 13 de dezembro de 1958.

A inclusão de uma verba no plano de economia, não só vem prejudicar seriamente a instituição, que corre o risco de não receber a subvenção, como sobretudo vem agravar ainda mais falhas e lacunas de nosso regime democrático enfermiço. Qualquer verba incluída no plano de economia pode ser do mesmo retirada, e ser paga, a qualquer momento desde que influências políticas bastante poderosas o queiram fazer. Houve já muita interferência política, muita motivação política, na própria designação da verba. E agora, vem uma segunda e mais grave incidência do fator político, no pagamento. Ora, um Estado onde tudo se faz em função da política, desta política partidária pequenina, não é evidentemente um estado democrático sadio. O interesse do povo, o bem comum, é algo que se sobrepõe à política partidária. Um Estado onde a execução orçamentária fica desta forma entregue à discricção e arbitrariedade de um ou outro homem, não está muito longe da ditadura e do totalitarismo. Talvez nossos homens públicos, demasiado atarefados, não tenham prestado bastante atenção a êste particular. Os vícios que se têm introduzido na execução orçamentária brasileira, são vícios nada democráticos, e muito discricionários, arbitrários, totalitários. Somente em ditadura é que o Executivo paga o que quer e quando quer. Em democracia paga o que deve, e no momento oportuno. O Governo é o primeiro a desrespeitar as leis que êle mesmo fez: a lei das subvenções, as leis de isenções de impostos para instituições de educação e assistência, a lei de meios, que êle mesmo aprovou. Se em família o chefe dá mau exemplo, como os filhos vão depois obedecer com seriedade às suas ordens? Nossa crise é uma crise de autoridade. Não que o povo tenha perdido a noção e o respeito da autoridade. Mas porque a autoridade não sabe respeitar-se a si mesma. A corrupção está no alto, os maus exemplos vêm de cima. Não há nação que se mantenha sadiamente democrática, quando minada desta forma.

A liberação de verbas, retiradas do plano de economia por via política, vem consagrar mais uma grave injustiça social. A instituição que

tem padrinhos, que tem prestígio nos meios políticos, consegue a liberação. A instituição mais pobrezinha, menos conhecida, mais abandonada, e por isto mesmo mais necessitada, é que não recebe, não encontra o caminho para a liberação de sua verba. E assim os ricos ficam mais ricos, e os pobres ficam cada vez mais pobres. É a estrada que leva diretamente ao comunismo. Pouco adianta proibir em lei o funcionamento do partido comunista, se depois a própria administração favorece desta e de tantas outras formas a sua infiltração e penetração. Devemos ser mais coerentes. Se queremos fazer uma pátria verdadeiramente feliz, devemos trabalhar para que os ricos não sejam tão ricos, e os pobres não sejam tão pobres. O sol nasce para todos. Ou se neguem as subvenções para todos, ou se paguem a todos. Negar a uns e conceder a outros, é agravar injustiças, é contribuir para o aumento dos males e sofrimentos dos mais pobres. Se alguma verba devia ser liberada seria aquela pela qual ninguém intercedeu. Conheço em Minas Gerais uma sociedade de homens católicos, para ajudar a infância abandonada. Só recebem e acolhem meninas que encontram na rua, largadas na sarjeta. Se alguém recomenda, não aceitam e não protegem em seus asilos. Deixam por conta d'êste alguém que recomendou, e que por isto mesmo tem meios para socorrer. A sociedade só ampara os realmente desamparados, aquêles que na terra não têm mais ninguém, senão a mão da Providência Divina, que não deixa faltar o alimento às aves do céu, e veste com tanto brilho os lírios dos campos.

Outro vício do nosso atual sistema, em matéria de subvenções, são os restos a pagar. Existem, desde 1951, que ainda não foram pagos às instituições. Os processos se encontram completos, devidamente habilitados, pagamento já autorizado pelo Ministério de origem, Educação, Justiça, Agricultura, ou Saúde. Falta somente — e isto é o principal — o crédito, a remessa do numerário, do Ministério da Fazenda para o Banco do Brasil, ou para as Delegacias Fiscais. E as instituições ficam a esperar uma verba que parece nunca mais chegar. A subvenção já tinha entrado para os seus magros orçamentos, menores foram atendidos, durante todo o ano, doentes foram socorridos, construções foram feitas, equipamentos foram adquiridos, à conta da futura subvenção, que não se sabe quando virá. E os credores da instituição, a certa altura, começam a negar-lhe os fornecimentos indispensáveis. A esperança vai morrendo em muitos, e o descrédito das instituições e do regime vigente vai se alastrando. Que Estado é êste, que não pode solver uma parcela tão insignificante de seus compromissos financeiros? É a bancarrota financeira, é a falta absoluta de recursos, ou é a completa desordem administrativa, com aplicação de recursos a outros destinos que não os marcados pela lei de meios? É natural que muitos homens sérios e refletidos comecem a pensar se de fato não seria melhor para o Brasil outro regime. Quando morrem as esperanças nas instituições vigentes e na capacidade administrativa dos seus quadros, começa a nascer a esperança messiânica em algum salvador, que, ou conservando as figuras externas da democracia,

ou mesmo sem elas, venha pôr remédio aos males do povo. Chega-se a um momento em que o cidadão começa a descrever e a desesperar. E se esta descrença se alastra entre elementos da elite, homens que de algum modo ou de outro dirigem o pensamento da nação, porque em contato cotidiano com o povo, com as massas, com os alunos em centenas de educandários, e através dos alunos com suas famílias, é evidente que estamos numa situação delicada e perigosa para o país.

A lei 1.493 de 1951, estabeleceu uma rotina nova no pagamento das subvenções, no que diz respeito aos órgãos encarregados do pagamento. As subvenções ordinárias são pagas pelo Tesouro Nacional, nas delegacias fiscais, na capital de cada Estado; e as extraordinárias, pelo Banco do Brasil, na sede da instituição, ou na agência mais próxima, deduzidas as comissões bancárias normais. Esta inovação visava a eliminar no Rio a atuação dos procuradores, que davam andamento aos processos, em nome das instituições do interior. Ora, a instituição jurídica do mandato, da procuração, é normal e indispensável em qualquer sociedade. O Código Civil Brasileiro lhe dedica muitos artigos. Quem faz por si, pode fazer por outro, é norma comum do Direito. A experiência tem demonstrado fartamente que há necessidade de alguém se interessar pelos processos, para que prossigam regularmente sua marcha, para que se cumpram possíveis lacunas e deficiências na documentação. O procurador dedicado é um orientador da instituição, um coordenador, um homem vigilante que previne em tempo oportuno. Não falamos do mau procurador, que apenas introduz o requerimento no Serviço de Comunicações do Ministério, e fica a fazer nada, apresentando depois uma conta exorbitante, cobrando trabalhos que não fez. Mas em que classe ou categoria de profissionais não há inidôneos e os que deshonram a profissão? Caberia às autoridades competentes vigiar e policiar, declarar a inidoneidade dos culpados, avisar as instituições, sanear. Não, porém cortar o uso, porque há abuso. O que realmente aconteceu, depois da lei 1.493, foi que a instituição se viu obrigada a ter dois procuradores, um no Rio de Janeiro, junto aos Ministérios e outro na Capital do Estado, junto à Delegacia Fiscal. E quanto à remessa pelo Banco oficial, o resultado foi simplesmente uma despesa a mais, forçada, para as instituições assistenciais, porque os bancos particulares não lhes cobravam pela remessa de numerários, e o Banco do Brasil não as dispensa de forma alguma.

Paralelo com o problema das subvenções federais, vai também o da isenção de impostos para instituições de educação e de assistência. A Constituição Federal, no artigo 31, inciso V, letra b, é de uma clareza meridiana. É vedado à União, aos Estados, aos Municípios, ao Distrito Federal, lançar impostos de qualquer natureza, sobre templos de qualquer culto, sobre os bens e serviços de partidos políticos, e sobre as instituições de educação e de assistência, desde que não enviem dinheiro para fora do país, e apliquem o superávit, acaso verificado, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais. A lei 3.193/57 veio regulamentar este dispositivo constitucional, e pouco teve que determinar, dada a clareza da Constituição. E apesar disto, continuam as instituições educacio-

nais a pagar imposto de consumo, de alfândega, de sêlo, de transmissão nas escrituras, etc. As razões e explicações dadas para justificar a denegação da isenção por parte dos órgãos fiscais, por vêzes é simplesmente ridícula, como por exemplo, de que a isenção beneficia a instituição como tal, mas não os atos que ela pratica; não há isenção de impôsto de consumo, porque êste impôsto é pago pelo fabricante, e não pelo consumidor. Seria conveniente mudar-se então o nome do impôsto: não de consumo, mas de fabricação. É absurdo simplesmente pensar que se paga impôsto pelo vestido e pelo calçado que se dá aos órfãos recolhidos nos asilos. Pagam-se impostos e ágios elevados, pelo raios-X, pela mesa de operação, pelo equipamento técnico que se instala numa Santa Casa, para atender aos indigentes. O Estado se beneficia, recolhe impostos, ágios, por um serviço de caridade que particulares prestam aos pobres mendigos. Pagam-se impostos de veículos licenciados para orfanatos e patronatos, a serviço de menores órfãos desvalidos. Não sei como isto não dói à consciência dos responsáveis. Se não à consciência religiosa, pelo menos à consciência humana. Aumentar a arrecadação do fisco à custa da miséria do pobre, é coisa que clama vingança aos céus. Não é possível ir bem uma Nação, onde tais coisas acontecem. Na verdade, se conseguem as isenções. Quando a instituição é teimosa, e se resolve a deixar na alfândega um equipamento qualquer que lhe é destinado, por um ano ou mais, e se põe com paciência de Jó a fazer o processo, por intermináveis repartições e pareceres, acaba vencendo e retira suas máquinas sem pagar impôsto. Mas em que estado já se encontram estas máquinas, e quanto prejuizo por um serviço parado durante meses e anos a fio! Conseguem-se as isenções de impôsto de sêlo e da transmissão, em escrituras de compra e venda de imóveis, destinados ao uso das instituições educacionais e assistenciais, quando se está disposto a enfrentar um processo interminável. Urge pôr fim a êste estado de coisas, dando o Estado a estas obras, as isenções de impostos, que a lei e a Constituição neste ponto não são uma simples autorização, mas uma obrigação clara. Deus abençoará esta Nação, quando seu Govêrno der aos órfãos e aos doentes mendigos, aquilo que por direito e justiça lhes deve dar.

As instituições educacionais e assistenciais devem trabalhar com esforço para corrigir as lacunas e deficiências de nosso atual sistema de cooperação financeira da União. Não se pode abandonar o campo da luta. Fazem estas instituições, para o povo, e para os humildes, uma tarefa que o Estado deveria fazer. Não fôsse a atuação heróica e dedicada destes abnegados, e teríamos há muito, convulsões sociais, como em muitas cidades já não se puderam conter. Completem as instituições a obra de patriotismo que estão fazendo, batalhando para que êstes êrros da nossa execução orçamentária se corrijam quanto antes. Não se trata de salvar apenas esta ou aquela subvenção. Trata-se de salvar e defender um princípio, e mais que isto, o regime democrático. Os vícios e as fraquezas de nossa democracia se manifestam em muitos setores. Êste é um deles, e não é dos menos graves. As subvenções não são favores do Poder Público. São um dever. Não se devem distribuir ao sabor das influências polí-

ticas ou eleitorais, mas em função dos serviços prestados à coletividade pelas instituições. O processamento e o pagamento devem se realizar com presteza, sem os entraves exagerados da burocracia, que fazem perder a confiança na administração pública. O Governo deve pagar o que deve, e no momento oportuno. Com estas subvenções, pequenas e módicas, modestas instituições realizam obras de imensa riqueza humana e caritativa, que ao Estado custariam fortunas. Atenda-se aos imperativos do direito natural e das leis, para que reine na sociedade a harmonia e o equilíbrio. Combata-se o comunismo, com as leis escritas no papel, com a palavra, e com os fatos, positivos, concretos. Reine a democracia, não só de nome e de exterioridades, mas de conteúdo e de substância. E estaremos construindo, para os que vierem depois de nós, uma Pátria verdadeiramente grande e poderosa, mais pelo valor dos seus homens, do que mesmo pela riqueza de suas terras, grandiosidade de suas cidades, ou esplendor de suas indústrias. As coisas tôdas só têm valor, na medida em que valem os homens que delas usam. E os homens são formados nas instituições educacionais e assistenciais. Dê-se portanto a estas instituições a função e a posição a que têm direito na vida nacional. Na justiça, a paz, o progresso, a ordem, a tranquilidade. Trabalhar para isto, é uma colaboração que as instituições devem aos eminentes e beneméritos homens públicos — e os há em todos os setores e planos do Poder Público — para que o Brasil, caminhando seguro para os seus grandes destinos, cresça harmoniosamente, em ininterrupto desenvolvimento econômico, cultural, social.

# O APOSTOLADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

*Irmã Maria Gabriela Nogueira*

O Santo Padre Pio XII, de f. m., por ocasião da Primeira Assembléia Nacional das Superioras e Religiosas enfermeiras, em abril de 1957, proferia as seguintes palavras que consideramos dirigidas a tôdas às Religiosas enfermeiras: "Observamos com suma alegria o movimentar-se, com prudência e coragem, das Comunidades Religiosas, ocupadas no exame dos meios e métodos que serão mais úteis na atualização de sua vida e de sua ação apostólica. Isso demonstra a vossa certeza de que a Igreja, imutável em seus princípios e em suas instituições essenciais, não fica no entanto imóvel, mas vive, cresce e se adapta aos novos tempos e às mutáveis circunstâncias, para ser, em tôdas as épocas, a alma do mundo".

Eis uma justificativa para fazermos um estudo de nossas atividades no campo de assistência à saúde.

## 1 — O apostolado da Assistência à Saúde.

Segundo a O.M.S. definimos: saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou de enfermidade. Acrescentaríamos a essa definição o bem estar espiritual, completando as exigências do ser humano, constituído de matéria e de espírito.

No apostolado de assistência à saúde, a religiosa enfermeira pode encarar seu dever sob três aspectos principais: o bem estar material do doente, o conforto espiritual do mesmo e sua própria santificação na vida religiosa.

A fidelidade no cumprimento de um desses pontos implica no desempenho dos dois outros; por isso é difícil saber qual deles merece maior atenção, qual o mais importante.

Já na lei antiga encontramos uma exortação ao trabalho: "Não sejais preguiçosos na visita aos doentes, pois assim fortificareis a vossa caridade" (Ecl 7, 39).

Mas, se nos afadigamos em nossos trabalhos, movidas pela cari-

dade, desejando minorar os sofrimentos do corpo, nossa atenção está voltada para a alma. "Pois que aproveita ao homem ganhar todo o mundo, se vier a perder a própria alma? ou que dará o homem em troca de sua alma?" (Mt 16,26).

E São Mateus, ao narrar a cena em que Jesus, instruindo os discípulos, os prepara para o futuro apostolado, sintetiza a missão apostólica com estas palavras: "Sede pois perfeitos, como também vosso Pai celestial é perfeito" (Mt 5,48).

E onde a religiosa irá alimentar seu entusiasmo pelo apostolado, senão no esforço constante para a perfeição?

Na alocução já citada, S.S. Pio XII dizia às religiosas enfermeiras: "Sede antes de tudo verdadeiras religiosas. Do espírito religioso intensamente vivido há de brotar em vós a assistência assídua aos enfermos. Para isso nos parece eminentemente útil ver Jesus em cada doente".

Não há, pois, a menor dúvida que a perfeição em nossa vida religiosa é essencial para o sucesso de nosso apostolado de assistência à saúde.

Vejam, pois, a aplicação deste princípio em nosso campo de apostolado.

## 2 — Necessidade das Religiosas no apostolado da assistência à saúde

"Se a própria obra missionária da Igreja — disse S.S. Pio XII — é quase inconcebível, desde muito tempo, sem a participação das religiosas, o que não se dirá então sobre o apostolado da educação e da caridade para os doentes?". E se a Igreja não vacila em se adaptar aos tempos, conservando imutável seus princípios, nós as religiosas, sendo instrumentos da Igreja para estender o reino de Cristo entre os homens, devemos estar dispostas a pensar e sentir com a Igreja, pondo-nos em dia para o apostolado.

Entre as Instituições de assistência à saúde, a que exige com maior rigor a presença das religiosas é o hospital. É no contacto com o homem doente que a nossa caridade deve-se expandir à imitação do Mestre. É cuidando do corpo do doente, de seus membros, de seus órgãos, que atingiremos as almas e seu destino eterno.

## 3 — Modificação do conceito e finalidades do hospital.

O hospital sofreu, através dos tempos, uma evolução muito grande, modificando suas finalidades, ampliando-as e exigindo, por esta razão, preparo especial de todos os que nêle trabalham.

O hospital, em época remota, era a única instituição de caridade, assistindo à saúde, à mendicidade e a toda sorte de necessidades. Com o correr dos tempos foram aparecendo os orfanatos, os asilos de inválidos, as obras de assistência social, etc., ficando o hospital com a finalidade principal de assistência à saúde.

Nesta era de vertiginosa evolução, e principalmente de especia-

lização, os hospitais também se especializaram, encontrando-se os que se destinam ao tratamento de doentes portadores de determinadas moléstias, de diferentes classes sociais, etc.

A evolução e a especialização não devem, entretanto, fazer desaparecer da instituição o espírito de caridade, de respeito aos direitos da personalidade humana. Deve, portanto, o hospital estar em condições de prover a tôdas as necessidades do doente, seja pelos seus próprios recursos, seja através do entrosamento com outras obras da comunidade.

O conceito do hospital moderno é, portanto, o de um centro de saúde. Suas finalidades podem ser enunciadas na seguinte ordem:

- 1) Prestar assistência aos pacientes;
- 2) Servir de campo para a instrução de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde;
- 3) Proporcionar meios para o desenvolvimento da pesquisa científica;
- 4) Contribuir para a educação sanitária do povo.

A finalidade principal da assistência será atingida com tanto maior perfeição quanto mais desenvolvidas forem as finalidades secundárias, pois elas possibilitam e elevam o nível da assistência.

As modificações do conceito e objetivos do hospital são o resultado de vários fatores:

- 1) O desenvolvimento da medicina;
- 2) O desenvolvimento da enfermagem;
- 3) A educação do público com referência à saúde e a confiança nas instituições de assistência;
- 4) O desenvolvimento da ciência de administração aplicada ao hospital.

A extraordinária evolução da medicina, neste último meio século, veio determinar uma série de modificações no campo de assistência à saúde.

Os progressos das ciências biológicas, descobrindo os meios de mais seguro diagnóstico, vêm auxiliar a medicina. O médico deixa de ter um trabalho exclusivamente individual, mas atua numa equipe de trabalho. Esta se constitui de médicos, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas e outros técnicos, abrangendo várias especialidades.

O hospital, modificando profundamente sua organização, passou a exercer uma função complexa, exigindo condições técnicas rigorosas em suas instalações, equipamento, pessoal e suas normas administrativas.

Nessa instituição de estrutura funcional complexa é que nos encontramos hoje.

#### 4 — Necessidade da atualização profissional das Religiosas.

Tôdas as Congregações religiosas que se dedicam à assistência à saúde já passaram ou talvez ainda estejam passando pela fase de adaptação às solicitações da medicina e da administração hospitalar hodiernas.

A enfermagem de outrora, não é mais aceita hoje. Antes o médico ensinava a religiosa a trabalhar para lhe servir de ajudante. Hoje êle deve encontrá-la preparada para suas funções de enfermeira.

Para compreendermos as características e aptidões necessárias a uma enfermeira eficiente é necessário considerá-la em ação contra as surpresas de uma civilização em rápida mudança e crescente complexidade. Em eras passadas esperava-se que a enfermeira se acomodasse a maneiras tradicionais de trabalho, numa atuação relativamente estática. A enfermeira preencheria satisfatoriamente suas funções se fôsse passiva, e obediente, não argumentativa.

No ambiente profissional de hoje os tratamentos médicos exigem da enfermeira maior perícia na execução dos cuidados e observação mais profunda dos pacientes, reconhecendo os sintomas físicos que acompanham as mudanças orgânicas.

No livro intitulado: "Enfermagem para o futuro", da Dra. Esther Lucile Brown, encontramos a seguinte afirmação: "A enfermeira profissional, na segunda metade do século XX, será aquela que, reconhecendo as necessidades fundamentais de uma pessoa doente ou sã, souber como tais necessidades deverão ser atendidas. Ela possuirá um acervo de conhecimentos científicos sobre a enfermagem, baseado no progresso científico geral, acompanhará êsse progresso, e será capaz de aplicar êsses conhecimentos ao deparar com as necessidades de enfermagem do indivíduo e da comunidade. Ela deverá possuir discernimento que a capacitará a reconhecer as atividades incluídas no âmbito da enfermagem profissional e as que são identificadas como pertencentes a outros campos dos grupos profissional e não profissional".

Hoje, já estamos constatando a necessidade dessa qualificação da enfermeira, e o quanto êsse progresso é necessário para a profissão de nosso apostolado.

O outrora havia muito mais calma e serenidade em relação ao trabalho e ao entendimento pessoal da enfermeira com o médico. Hoje são freqüentes os conflitos no âmbito da cooperação. Por que? As causas podem ser as mais diversas: Não seria, porém, essa passividade tradicional, resultado de ignorância? "A ignorância — diz o provérbio — não duvida, porque desconhece que ignora". E esta ignorância culpável, porque fruto de um quietismo condenável, pode acarretar sérios problemas morais, que só poderiam ser resolvidos pela religiosa competente e prudente.

És uma situação em que a própria moral está em jogo e, para nos pronunciar sobre a questão moral, devemos ter competência técnica e muita prudência.

A religiosa conhecedora dos princípios de moral e cumpridora de seus deveres, com muito tacto e domínio de si, apresenta as razões diante de um problema, reveste-se de imparcialidade, de calma, e assim ganha certamente a causa.

Muitas vêzes o insucesso nestas circunstâncias é o resultado da

falta de tacto na maneira de expor as razões e não da falta de competência profissional.

O ideal seria que trabalhássemos somente com médicos católicos, imbuídos de sentimentos cristãos. Se nosso apostolado, entretanto, nos coloca ao lado de quem não eleva o espírito além da matéria, nossa tarefa é mais árdua. É junto d'êles, então, que devemos dar testemunho de Cristo, pela paciência, pela bondade, pela dedicação no trabalho.

Em vão, porém, nos esforçarmos para exercer o apostolado se não tivermos a competência técnica. A apóstolo que se arroja num campo de trabalho para o qual negligenciou o preparo é um falso testemunha de Cristo!

A atualização no setor da administração é um outro problema a solicitar, das religiosas, atenção profunda.

Hoje a administração hospitalar é uma ciência que exige algo mais que boa vontade. Supõe cultura, preparo especializado, bom senso e experiência.

Tôdas as diretorias e mesas administrativas dos hospitais têm sido alertadas sobre a necessidade de ser a instituição dirigida por um profissional especializado em administração e sobre a adoção de novas normas administrativas. Essa medida, além de favorecer o sucesso nos empreendimentos do hospital, é condição imposta pelo govêrno na concessão de auxílios e subvenções.

Estamos na hora exata de pensarmos sobre nosso preparo neste setor, pois disso depende o bom resultado de nossos trabalhos em posições de destaque dentro do hospital.

Parece muita pretensão para religiosas ambicionar a direção de serviços num hospital. Mas, se desta posição estratégica tiramos o verdadeiro proveito para o apostolado, estaremos de acôrdo com o Senhor que nos diz em São Lucas: "Grangeai amigos com as riquezas da iniquidade, para que quando vierdes a procurar, vos recebam nos tabernáculos eternos" (Lc 16, 9).

No hospital, além da administração geral, há muitos setores técnicos de grande importância para os quais as religiosas devem estar preparadas. São êles: enfermagem, serviço social médico, nutrição e dietética, Raio X, fisioterapia, banco de sangue, laboratório de análises e farmácia.

Entre todos êles, sem dúvida a enfermagem é o mais importante, pois acompanha o doente de maneira integral e constante, dando oportunidade para a caridade material e espiritual.

Não é, portanto, aceitável que as religiosas, nos hospitais, só se encarreguem dos trabalhos domésticos ou puramente administrativos, e fiquem longe do trato direto com os doentes.

Na enfermagem, os pontos-chave, que constituem maior oportunidade de apostolado são os seguintes: chefia do serviço de enfermagem, centro cirúrgico, Maternidade, se existir no hospital, e Ambulatório.

A chefia destes serviços deve ser garantida às religiosas por contrato; de modo que se possa exercer com liberdade o apostolado, e só será conseguida por competência. Não podemos exigir autoridade, por favor, mas sim por direito. Além disso, no desempenho de suas funções, as religiosas deverão sempre dar prova de capacidade.

##### 5 — Da organização do serviço de enfermagem e papel das Religiosas harmonizando os deveres religiosos e profissionais

A eficiência do serviço de enfermagem de um hospital depende:

- 1.º — Da organização geral do hospital;
- 2.º — Dos recursos que o hospital pode oferecer;
- 3.º — Da competência da chefia e de todo o pessoal de serviço.

###### 1) *Da organização geral do hospital*

A organização geral do hospital tem uma importância muito grande no bom andamento de todos os serviços e na consecução de seus objetivos.

É preciso que o serviço de enfermagem no hospital conte com o apoio da Administração e do Corpo Clínico tanto para se organizar e desenvolver as próprias atividades, como para estabelecer entrosamento com outros serviços.

Da organização geral do hospital é que decorre a possibilidade de o Serviço de Enfermagem ter: posição definida, autonomia profissional, autoridade para delimitar funções do pessoal, estabelecer normas de trabalho e programar o ensino do pessoal.

Todo serviço de enfermagem, para ser eficiente, deve desenvolver essas atividades.

###### 2) *Dos recursos que o hospital pode oferecer*

O bom andamento do serviço de enfermagem depende dos recursos do hospital no que se refere a:

- a) Instalações adequadas;
- b) Equipamentos;
- c) Facilidade de material de consumo;
- d) Pessoal em número adequado e competente.

###### 3) *Da competência da chefia*

A religiosa colocada na direção do Serviço de Enfermagem deve ter capacidade de administração para se aproveitar de todos os recursos do hospital e levar o serviço a preencher suas finalidades.

O Serviço de Enfermagem é a alma do hospital. Ele se relaciona com todos os demais serviços e quando funciona bem pode-se dizer que o Hospital proporciona boa assistência aos pacientes.

De um modo geral podemos indicar as atribuições do Serviço de

Enfermagem:

- 1º — Prover os cuidados de enfermagem aos pacientes e ministrá-lhes educação sanitária;
- 2º — Auxiliar os médicos em seus trabalhos profissionais,
- 3º — Difundir e melhorar as técnicas de enfermagem;
- 4º — Promover a educação em serviço para todo o pessoal.

A chefe do Serviço de Enfermagem de um hospital deve, pois, liderar o grupo de pessoas com quem trabalha, para levar a bom termo seu serviço.

A organização própria do Serviço de Enfermagem varia muito de um hospital para outro, à mercê de várias circunstâncias. Não é possível se estabelecer uma norma rija para isto, nem seria indicado estudar o assunto aqui. Queremos apenas considerar a amplitude da função da religiosa enfermeira e a influência que ela exerce na vida do hospital e na reputação profissional de uma comunidade religiosa hospitaleira.

No exercício das funções administrativas do Serviço de Enfermagem as religiosas deverão se encarregar de:

1 .**Orientação e educação** — Nos cuidados de enfermagem e na educação sanitária dada aos pacientes, terão ampla margem para o exercício da caridade;

2 .**Orientação do pessoal**, incluindo o ensino das tarefas de trabalho, supervisão e orientação ética. Esta função dá oportunidade de apostolado também entre o pessoal de serviço e desenvolvimento da ação católica, fazendo, de cada um, um novo apóstolo;

3 .**Contrôle do material** — Somos nós mesmas as primeiras que devemos estabelecer os meios de reduzir os gastos de material na medida exata do que é necessário. Devemos ter o espírito de pobreza não somente individual, mas coletivo.

Dêste conjunto de funções e principalmente pela dedicação e devotamento no serviço dos doentes, seremos procuradas para os hospitais, continuando a missão da caridade universal, deixada como herança à Igreja pelo seu divino Fundador.

## 6 — Meios de atualização das religiosas para o trabalho nos hospitais

A atualização das religiosas para o desempenho de suas funções nos hospitais pode ser considerada sob dois aspectos importantes:

1º — Ampliação de conhecimentos e adaptação a novos métodos e técnicas;

2º — Preparo de novos elementos especializados.

1) *Ampliação de conhecimentos e adaptação de métodos*

Ninguém melhor do que as religiosas deveria estar preparado para a atualização e adaptação, pois, que é nossa vida religiosa senão um contínuo recomeçar em busca do ideal visado? Sejam quais forem os obstá-

culos que aparecerem, sejam eles os mesmos, sejam novos, nosso escopo é ultrapassá-los e chegar ao fim desejado: a perfeição.

Em nossa vida profissional o pensamento deve ser o mesmo: nosso alvo é a caridade para o doente. Cuidamos do corpo para atingir a alma. Se hoje o cuidado do corpo exige de mim uma técnica, eu a executo, visando o alvo. Se amanhã a medicina, a enfermagem, a administração exigirem de mim modificações de trabalho, meu alvo não se alterou. Vou atingi-lo por outros caminhos, ou por novas técnicas.

Hoje temos muitas facilidades materiais a nossa disposição. Aproveitemo-las para nosso apostolado. "Grangeemos amigos com as riquezas da iniquidade".

Cada dia mais sentimos que uma grande força nos une no campo do apostolado. As Congregações Religiosas estão se aproximando cada vez mais. Já temos uma porta fácil de ser aberta, a C.R.B. Em nossas dificuldades no campo da assistência à saúde, temos o Departamento de Assistência à Saúde, cuja finalidade é ajudar as religiosas a solucionar seus problemas no campo do apostolado. Aproveitemos este auxílio.

A ampliação de conhecimentos e adaptação das religiosas enfermeiras é um trabalho que deve ser feito com suavidade, prudência e critério, assim como a aplicação dos princípios administrativos no hospital.

Para que os resultados sejam satisfatórios é bom elaborar um programa de ação para cada ambiente. Daí a vantagem de nos utilizarmos dos Departamentos de Assistência à Saúde da C.R.B. localizados nas diversas regiões do País, os quais, tomando conhecimento dos problemas existentes, podem se servir de recursos adequados.

Sugerimos, por exemplo, a organização de uma Comissão para estudo dos problemas do campo hospitalar, podendo-se programar séries de palestras, cursos, etc. O trabalho desta comissão deverá ser realizado com prudência e discreção a toda prova. Quando houver necessidade poder-se-á consultar pessoas especializadas, a fim de se chegar à melhor solução dos problemas.

## 2) Preparo de novos elementos especializados

Para o preparo de novos membros das Comunidades religiosas no campo da enfermagem já possuímos Escolas de Enfermagem e de Auxiliares de enfermagem. Entre 36 Escolas de Enfermagem do País, 19 são dirigidas por religiosas e entre os 56 cursos de auxiliares de enfermagem, 18 são também dirigidos por religiosas.

É necessário que o preparo das religiosas se intensifique, dia por dia, pois estamos constatando como aumentam as exigências não só de competência como do número de horas de trabalho específico de enfermagem. Se não houver um recurso de retaguarda, o trabalho material, que tende a absorver cada dia mais o tempo da religiosa enfermeira, levará ao prejuízo da eficiência profissional e de sua própria vida religiosa.

A especialização das religiosas enfermeiras deve ser procurada por

todos os meios possíveis, que não prejudiquem o exercício normal de suas funções.

A reforma do ensino de enfermagem, em projeto, estabelecendo três níveis de cursos, trará exigências maiores para as Escolas, principalmente no que se refere ao preparo do corpo docente em nível superior. É necessário que utilizemos todos os recursos a nosso alcance para nos por-mos à altura das exigências das leis. Não tenhamos, entretanto, preocupação excessiva, pois o próprio magistério e a profissão que estamos exercendo são meios poderosos de aperfeiçoamento.

Quanto ao aperfeiçoamento nos demais setores técnicos convém não esquecer: administração hospitalar, serviço social, médico, nutrição e dietética, técnica do laboratório, Raio X, Farmácia, etc.

A pesquisa de recursos para realizarmos esse preparo, e o planejamento de cursos, esperamos que seja feito pelo Departamento de Assistência à Saúde, da C.R.B.

Unidas seremos um exército em ordem de batalha a ouvir a voz da Santa Igreja. Ela conta conosco para continuar a ser depositária e fonte inesgotável da caridade de Cristo. A união aumentará em nós a capacidade de dedicação e o espírito de amor.

## UNIFIQUEMOS A NOSSA IMPRENSA

Uma das resoluções do 1.º Curso de Jornalismo para religiosos, realizado em Julho pp., diz respeito à unificação da imprensa religiosa no País (1). Para, no entanto, darmos uma idéia certa da realidade publicitária, apresentamos hoje a lista dos órgãos dirigidos pelos Religiosos. Sobre ser ainda incompleta esta relação, prevenimos que não são poucos os periódicos dirigidos pelo clero secular e associações religiosas a êste sujeitas, deixando, pois, de figurar aqui.

Ao observador mais ingênuo não pode escapar que se torna imprescindível a unificação dos nossos órgãos a fim de lograrmos cumprir a missão importante da imprensa católica, geralmente tão raquítica, pobre e esfacelada, sem poder medir-se com a imprensa profana, fortíssima, bem apresentada e menos multiforme. Enquanto continuarmos tão divididos, ficaremos impotentes no combate aos órgãos perniciosos que sabem impor-se pelo feitio moderno e pela tiragem alta, penetrando até nos lares que se gabam de profundamente católicos.

À vista de tantos periódicos dirigidos pelos Religiosos, que se tem empreendido em favor de uma imprensa católica unida?

Os Religiosos dirigentes dos órgãos marianos do Distrito Federal e o Diretor do Departamento de Imprensa da CRB estão estudando a possibilidade de se limitarem a uma única revista os existentes para os Congregados Marianos e as Filhas de Maria.

O Secretariado Nacional da Ordem 3a. franciscana já entrou em plena atividade substituindo as várias revistas das 4 obediências franciscanas por uma, ilustrada, recém-fundada, sob o título "Paz e Bem".

São duas tentativas cujos resultados e experiências servirão a ou-

---

1) O mesmo assunto foi abordado, nesta revista n.º 38, Ano IV, (agosto pp.) pág. 468ss, por Milton Paulo de Lacerda, S. J. "Nosso Nome é Multidão" (Revistando revistas) e n.º 40, Ano IV (outubro pp.) pág. 630ss. "O 1.º curso de jornalismo".

tras futuras. Pois, a lista anexa com as dez revistas colegiais do Distrito Federal e as 16 de São Paulo indica possibilidade patente, a exemplo da substituição das 160 revistas juvenis espanholas por uma única.

Igualmente há margem para a unificação de outros muitos órgãos, desde que obedeam a uma e mesma finalidade, resultando daí a economia de padres (redatores e administradores), esforços e capital e, o que vale mais, uma imprensa católica bem apresentada, mais difundida e capaz de fazer frente aos periódicos condenados.

O Departamento de Imprensa da CRB aceita de bom grado as sugestões e oferece sua colaboração para a importante obra de união da imprensa religiosa.

## LISTA DOS PERIÓDICOS DIRIGIDOS PELOS RELIGIOSOS

(CONFORME OS ESTADOS)

| Nome                                    | Finalidade                  | Períod.    | Tiragem   | Cidade     | Siglas     |
|---|-----------------------------|------------|-----------|------------|------------|
| <b>B A H I A</b>                        |                             |            |           |            |            |
| Almanaque do Mensageiro da Fé           | Público em geral            | anual      | 15.000    | Salvador   | O.F.M.     |
| Amigo da Infância                       | Para infância               | quinzenal  | 18.000    | Salvador   | O.F.M.     |
| Mensageiro da Fé                        | Público em geral            | quinzenal  | 20.000    | Salvador   | O.F.M.     |
| Vida Franciscana                        | Público em geral            | semanal    | ?         | Solv.      | O.F.M.Cap. |
| <b>C E A R A</b>                        |                             |            |           |            |            |
| Adsum                                   | Público em geral            | trimestral | 2.000     | Fortaleza  | C.M.       |
| Clarim                                  | Assoc. Religiosa            | quinzenal  | 1.000     | Barbalha   | S.D.S.     |
| Revista Pedagógica                      | Para colegiais              | semestral  | 500       | Crato      | N.º 14 *   |
| Santuário de S. Francisco               | Público em geral            | quinzenal  | 10.000    | Canindé    | O.F.M.     |
| Voz de Santa Rosa                       | Privativo da Congr.         | anual      | 100       | Fortaleza  | N.º 7      |
| Voz de S. Francisco (A)                 | Privativo da Ordem Terceira | mensal     | 3.000     | Fortal.    | O.F.M.Cap. |
| <b>DISTRITO FEDERAL</b>                 |                             |            |           |            |            |
| Apóstolo do S. Sacramento (O)           | Público em geral            | mensal     | 16.000    | D. Federal | S.S.S.     |
| Bilhetes Mensais                        | Assoc. Religiosa            | mensal     | 1.260.000 | D. Federal | S.J.       |
| Boletim da Associação de Pais e Mestres | Pais e Mestres              | mensal     | 1.500     | D. Federal | P.F.M.     |
| Bom Pastor (O)                          | Público em geral            | trimestral | 2.000     | D. Federal | N.º 1      |
| Centelhas                               | Assoc. Religiosa            | bimestral  | 3.000     | D. Federal | N.º 4      |
| Cruzadas da Eucaristia                  | Assoc. Religiosa            | mensal     | 5.000     | D. Federal | S.J.       |
| Ecos do Colégio S. José                 | Para colegiais              | trimestral | 1.000     | D. Federal | P.F.M.     |
| Ela                                     | Para colegiais              | trimestral | 250       | D. Federal | N.º 22     |
| Estrela do Mar                          | Assoc. Religiosa            | mensal     | 35.000    | D. Federal | S.J.       |
| Espírito Santo                          | Público em geral            | bimestral  | 3.000     | D. Federal | O.F.M.     |

\* O n.º citado na coluna das Siglas refere-se ao n.º de ordem da relação das Ordens e Congregações Femininas citadas abaixo.

| Nome                                  | Finalidade         | Period.    | Tiragem | Cidade     | Siglas    |
|---------------------------------------|--------------------|------------|---------|------------|-----------|
| <b>DISTRITO FEDERAL</b>               |                    |            |         |            |           |
| Ex (O)                                | Para colegiais     | bimensal   | 1.000   | D. Federal | P.F.M.    |
| Fátima Brasileira                     | Público em geral   | bimestral  | 10.000  | D. Federal | F.D.P.    |
| Feuer                                 | Emigrantes Alemães | mensal     | 700     | D. Federal | S.C.J.    |
| Folha Mariana                         | Assoc. Religiosa   | trimestral | 1.000   | D. Federal | N.º 4     |
| Franciscano (O)                       | Paroquial          | bimestral  | 300     | D. Fed.    | OFM.Conv. |
| Luiza de Marillac                     | Assoc. Religiosa   | bimestral  | 1.500   | D. Federal | N.º 4     |
| Mensageiro de Sta. Terezi-<br>nha     | Público em geral   | —          | —       | D. Federal | O.C.D.    |
| Mensageiro do Coração de<br>Jesus     | Assoc. Religiosa   | mensal     | 17.000  | D. Federal | S.J.      |
| Mensageiro do Sto. Rosário            | Público em geral   | mensal     | 8.000   | D. Federal | O.P.      |
| Minha Medalha                         | Assoc. Religiosa   | bimestral  | 15.000  | D. Federal | N.º 4     |
| Mocidade e Alegria                    | Assoc. Religiosa   | bimestral  | 1.700   | D. Fed.    | N.º 4     |
| Nova Lourdes Brasileira               | Público em geral   | trimestral | 5.000   | D. Fed.    | F.D.P.    |
| Pax                                   | Para colegiais     | trimestral | 1.100   | D. Fed.    | N.º 11    |
| Paz e Bem                             | Público em geral   | mensal     | 15.000  | D. Fed.    | O.F.M.    |
| Pequena Obra da Divina<br>Providência | Público em geral   | mensal     | 15.000  | D. Fed.    | F.D.P.    |
| Pergunte e Responderemos              | Público em geral   | mensal     | 5.000   | D. Fed.    | N.º 3     |
| Reparação                             | Público em geral   | bimestral  | 4.000   | D. Fed.    | S.C.J.    |
| Revista Gregoriana                    | Público em geral   | bimestral  | 1.000   | D. Fed.    | N.º 3     |
| Revista Religiosa Literária           | Para colegiais     | semestral  | 500     | D. Fed.    | N.º 13    |
| São José (O)                          | Para colegiais     | trimestral | 1.200   | D. Fed.    | P.F.M.    |
| Servicm                               | Para colegiais     | anual      | 1.000   | D. Fed.    | N.º 15    |
| Sino de S. Sebastião                  | Paroquial          | mensal     | 2.000   | D. Fed.    | O.F.M.Cap |
| Sino Morista                          | Para colegiais     | bimensal   | 1.000   | D. Fed.    | P.F.M.    |
| Verbun                                | Para universit.    | trimestral | 800     | D. Fed.    | S.J.      |
| Vitória Colegial (A)                  | Para colegiais     | mensal     | 1.600   | D. Fed.    | S.J.      |
| Voz Originada                         | Para colegiais     | mensal     | 1.000   | D. Fed.    | F.D.P.    |

**ESPÍRITO SANTO**

|                           |                   |         |       |                |           |
|---------------------------|-------------------|---------|-------|----------------|-----------|
| Barra do S. Francisco (O) | Público em geral  | semanal | 1.000 | B. de S. Fran. | C.P.      |
| Voz do Seminário (A)      | Camp. de Vocações | mensal  | 1.500 | S. Teresa      | O.F.M.Cap |

**GOIÁS**

|                       |                  |           |       |           |          |
|-----------------------|------------------|-----------|-------|-----------|----------|
| Roteiro               | Paroquial        | quinzenal | 1.500 | Rto Verde | O.E.S.A. |
| Santuário da Trindade | Público em geral | quinzenal | 600   | Trindade  | C.S.S.R. |

**MINAS GERAIS**

|                          |                  |            |        |              |        |
|--------------------------|------------------|------------|--------|--------------|--------|
| Alvorada (A)             | Para colegiais   | trimestral | 250    | S. Dumont    | O.F.M. |
| Centelhas de Nazaré      | Para colegiais   | bimestral  | 500    | C. Lafaiete  | N.º 23 |
| Colegial (O)             | Para colegiais   | mensal     | 700    | Pouso Alegre | P.F.M. |
| Condor (O)               | Para colegiais   | trimestral | 300    | Varginha     | P.F.M. |
| Ecos da Tormenta         | Para colegiais   | trimestral | 1.000  | Três Pontas  | F.S.G. |
| Excelsior                | Para colegiais   | —          | 1.000  | Araguari     | N.º 10 |
| Fita Azul de Maria       | Assoc. Religiosa | mensal     | 4.000  | Pouso Alegre | N.º 5  |
| Franciscanismo em Marcha | Camp. Vocações   | bimestral  | 11.000 | Divinópolis  | O.F.M. |

| Nome                        | Finalidade           | Period.   | Tiragem | Cidade        | Siglas    |
|-----------------------------|----------------------|-----------|---------|---------------|-----------|
| <b>MINAS GERAIS</b>         |                      |           |         |               |           |
| Ginásio (O)                 | Para colégios        | mensal    | 2.000   | Paraguassu    | S.D.B.    |
| Luz Católica                | Público em geral     | semanal   | 47.000  | Juiz de Fora  | S.V.D.    |
| Liga Católica J. M. J.      | Assoc. Religiosa     | mensal    | 27.000  | Congonhas     | C.SS.R.   |
| Luminar Machadense          | Para colégios        | quinzenal | 300     | Machado       | F.S.C.    |
| Lutador (O)                 | Público em geral     | semanal   | 28.000  | Manhumirim    | S.D.N.    |
| Luzes                       | Público em geral     | mensal    | 2.000   | D. do Indaiá  | S.D.N.    |
| Mensagem de Fátima          | Paroquial            | bimensal  | 800     | Uberlândia    | O.F.M.    |
| Pequeno Missionário (O)     | Para a infância      | quinzenal | 24.200  | Juiz de Fora  | S.V.D.    |
| Providência                 | Para colégios        | semestral | 1.500   | Itajubá       | N.º 12    |
| Reino dos Sagrados Corações | Público em geral     | mensal    | 11.000  | B. Horizonte  | SS.CC.    |
| Santa Cruz                  | Priv. de ordem       | mensal    | 270     | Divinópolis   | O.F.M.    |
| São Vicente                 | Público em geral     | mensal    | 3.200   | B. Horizonte  | C.M.      |
| Santuário de S. Antônio     | Público em geral     | mensal    | 8.800   | Divinópolis   | O.F.M.    |
| Santuário de S. Geraldo     | Público em geral     | mensal    | 31.000  | Curvelo       | C.SS.R.   |
| Santuário de S. J. Bosco    | Para coop. salesian. | mensal    | 8.000   | S. J. del Rei | S.D.B.    |
| Santuário do Bom Jesus      | Público em geral     | mensal    | 1.000   | C.M. Dentro   | OFM. Cap. |
| Semana (A)                  | Paroquial            | semanal   | 1.350   | Divinópolis   | O.F.M.    |
| Senhor Bom Jesus            | Público em geral     | quinzenal | 6.000   | Congonhas     | C.SS.R.   |
| Tarcísio                    | Assoc. Religiosa     | mensal    | 7.000   | B. Horizonte  | SS.CC.    |
| Veritas                     | Para colégios        | —         | 500     | P. de Caldas  | N.º 3     |
| Voz Mariana                 | Assoc. Religiosa     | quinzenal | 1.200   | Santos Dumont | —         |

**P A R Á**

|  |                  |         |        |       |         |
|--|------------------|---------|--------|-------|---------|
| Leccionário da N. Sra. Rainha dos Corações (O) | Público em geral | semanal | 40.000 | Belém | N.º 16. |
|--|------------------|---------|--------|-------|---------|

**PARAÍBA**

|                       |               |           |       |             |        |
|-----------------------|---------------|-----------|-------|-------------|--------|
| Apóstolo (O)          | Para colégios | semestral | 500   | João Pessoa | P.F.M. |
| Juventude Franciscana | Vocacional    | anual     | 1.000 | Ipatana     | O.F.M. |

**PARANÁ**

|                     |                  |            |       |               |        |
|---------------------|------------------|------------|-------|---------------|--------|
| Almanaque Lud       | Público em geral | anual      | 3.500 | Curitiba      | C.M.   |
| Colônia (A)         | Paroquial        | semanal    | 600   | S. Felicidade | PSSC.  |
| Ideal (O)           | Assoc. Religiosa | mensal     | 3.500 | Curitiba      | C.M.   |
| Juventude Marista   | Camp. Vocações   | anual      | 1.000 | Curitiba      | P.F.M. |
| Lud                 | Imig. poloneses  | semanal    | 3.350 | Curitiba      | C.M.   |
| Normalista (A)      | Para colégios    | trimestral | 300   | Londrina      | N.º 20 |
| Santa Maria (A)     | Para colégios    | quinzenal  | 1.050 | Curitiba      | P.F.M. |
| Seminário Paroquial | Paroquial        | —          | —     | Londrina      | S.A.C. |
| Voz das Obras       | Paroquial        | —          | 5.000 | Apucarana     | O.S.J. |
| Voz do Paraná       | Público em geral | semanal    | 8.000 | Curitiba      | C.M.F. |

**PERNAMBUCO**

|                 |                  |           |       |              |         |
|-----------------|------------------|-----------|-------|--------------|---------|
| Brasil Norte    | Priv. da Cong.   | irregular | 200   | Recife       | P.F.M.  |
| Fides Intrepida | Para colégios    | mensal    | 300   | Naz. da Mata | N.º 25  |
| Flos Carmeli    | Público em geral | mensal    | 3.500 | Recife       | O.Carm. |

| Nome              | Firacidade       | Period.    | Tiragem | Cidade    | Siglas     |
|-------------------|------------------|------------|---------|-----------|------------|
| Horizontes        | Público em geral | bimestral  | 4.200   | Recife    | P.F.M.     |
| Irradiando        | Para colegiais   | trimestral | 300     | Pesqueira | N.º 19     |
| Mundo Melhor (O)  | Para colegiais   | -----      | -----   | Recife    | S. J.      |
| Revista Dom Vital | Público em geral | mensal     | 8.000   | Recife    | O.F.M.Cap. |
| O Estandarte      | Público em geral | bimestral  | 11.000  | Recife    | S.C.J.     |

## P I A U Í

|               |          |           |     |          |            |
|---------------|----------|-----------|-----|----------|------------|
| Frei Mansueto | Formação | semestral | 300 | Parnaíba | O.F.M.Cap. |
|---------------|----------|-----------|-----|----------|------------|

## RIO DE JANEIRO

|                                 |                  |            |        |              |          |
|---------------------------------|------------------|------------|--------|--------------|----------|
| Centro Radíofônico              |                  |            |        |              |          |
| Franciscano (CRF)               | Publicidade      | semanal    | 450    | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Igreja no Lar (A)               | Paroquial        | mensal     | 1.000  | Vol. Redonda | S.V.D.   |
| Música Sacra                    | Música Sacra     | bimestral  | 1.500  | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Que Hei do Ler? (O)             | Inform. Lit.     | mensal     | 1.000  | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Revista do Perp. Socorro        | Público em geral | mensal     | 11.000 | Campos       | C.S.S.R. |
| Revista Eclesiástica Brasileira | Para o Clero     | trimestral | 5.000  | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Sponsa Christi                  | Para Religiosas  | mensal     | 3.000  | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Tribuna Escolar (A)             | Para colegiais   | mensal     | 70     | Niterói      | F.S.C.   |
| Voz de Sto. Antônio             | Público em geral | mensal     | 20.000 | Petrópolis   | O.F.M.   |
| Vozes de Petrópolis             | Público em geral | mensal     | 2.500  | Petrópolis   | O.F.M.   |

## RIO GRANDE DO SUL

|                                     |                    |           |        |             |            |
|-------------------------------------|--------------------|-----------|--------|-------------|------------|
| Anuário Apetolado Católico          | Público em geral   | anual     | 20.000 | Sta. Maria  | S.A.C.     |
| Conquista (A)                       | Camp. Vocações     | 5 V. ano  | 5.000  | Cax. do Sul | S.J.       |
| Correio Rio-Grandense               | Público em geral   | semanal   | 45.000 | C. do Sul   | O.F.M.Cap. |
| Domitiano (O)                       | Para colegiais     | quinzenal | 150    | Cambará     | N.º 17     |
| Eco (O)                             | Para colegiais     | mensal    | 18.000 | P. Alegre   | S.J.       |
| Eco Lagoense                        | Público em geral   | quinzenal | 800    | C. do sul   | CFM.Cap.   |
| Ecos Gonzaguianes                   | Para colegiais     | mensal    | 1.500  | Pelotas     | F.S.C.     |
| Estudantes Missionários             | Camp. Vocações     | bimestral | 5.000  | P. Alegre   | S.V.D.     |
| Folha Missionária                   | Camp. Vocações     | bimestral | 3.150  | P. Alegre   | N.º 8      |
| Geneftano                           | Para colegiais     | mensal    | 600    | Gravataí    | N.º 21     |
| Ideia Lassaliano                    | Priv. da Cong.     | bimestral | 480    | Canóas      | F.S.C.     |
| Informações Paulinas                | Público em geral   | irregular | 3.000  | Sta. Maria  | S.A.C.     |
| Luz (A)                             | Público em geral   | mensal    | 20.000 | P. Alegre   | N.º 2      |
| Luz! Alegria! Fôzgal                | Para colegiais     | bimestral | 3.250  | P. Alegre   | N.º 8      |
| Mensageiro da Sagrada Família       | Público em geral   | mensal    | 9.000  | Passo Fundo | C.S.P.     |
| Mensageiro de N. Sra. da Saleta (O) | Público em geral   | mensal    | 18.500 | Marc. Ramos | M.S.       |
| Pindorama (O)                       | Para colegiais     | mensal    | 500    | S. Gabriel  | P.F.M.     |
| Rainha dos Apóstolos                | Para o público     | mensal    | 19.000 | Sta. Maria  | S.A.C.     |
| Semeador (O)                        | Para colegiais     | mensal    | 400    | Taquari     | N.º 21     |
| Voz de Assis                        | Priv. da Ordem 3.ª | mensal    | 22.000 | C. do Sul   | O.F.M.Cap. |
| .....                               | Para colegiais     | mensal    | 500    | P. Alegre   | S.J.       |

## SANTA CATARINA

|                    |                  |           |       |          |        |
|--------------------|------------------|-----------|-------|----------|--------|
| Luzero Mariano (O) | Assoc. Religiosa | quinzenal | 5.000 | Blumenau | O.F.M. |
|--------------------|------------------|-----------|-------|----------|--------|

| Nome                                  | Finalidade                     | Period.    | Tiragem | Cidade              | Siglas     |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------|---------|---------------------|------------|
| <b>SÃO PAULO</b>                      |                                |            |         |                     |            |
| Agência Missionária Sal. Ake No Hoshi | Público em geral               | mensal     | 600     | S.P. Capital        | S.D.B.     |
| (Estrêla da Manhã)                    | Emig. Japoneses                | bimestral  | 1.600   | S.P. Cap.           | S.J.       |
| Anais Franciscanos                    | Priv. da Ordem 3. <sup>a</sup> | mensal     | 6.400   | S.P. Cap. O.F.M.Cap |            |
| Apostolado da Verdade (O)             | Público em geral               | mensal     | 3.800   | S.C.R. Pardo        | O.P.       |
| Arquidiocesano (O)                    | Para colegiais                 | mensal     | 2.000   | S.P. Cap.           | P.F.M.     |
| Atualidades Sindicais                 | Orient. Sindical.              | mensal     | 5.000   | S.P. Cap.           | S.J.       |
| Auzilium                              | Para colegiais                 | bimestral  | 1.400   | S.P. Cap.           | N.º 9      |
| Avante Cruzados                       | Assoc. Religiosa               | mensal     | 20.000  | S.P. Cap.           | N.º 6      |
| Ave Maria                             | Público em geral               | semanal    | 56.000  | S.S. Cap.           | C.M.F.     |
| Calvário (O)                          | Público em geral               | mensal     | 14.500  | S.P. Cap.           | C.P.       |
| Carta aos Padres                      | Priv. do Clero                 | mensal     | 2.000   | S.P. Cap.           | S.J.       |
| Circularre                            | Paroquial                      | mensal     | 800     | S.P. Cap.           | M.S.F.S.   |
| Cooperador Paulino (O)                | Priv. da Cong.                 | trimestral | 15.000  | S.P. Cap.           | S.S.P.     |
| Domingo (O)                           | Público em geral               | semanal    | 200.000 | S.P. Cap.           | N.º 2      |
| Duc in Altam                          | Para colegiais                 | trimestral | 1.200   | S.P. Cap.           | N.º 18     |
| Ecos Estigmatinos                     | Público em geral               | mensal     | 25.000  | Casa Branca         | C.P.S.     |
| Ecos de S. Joaquina                   | Para colegiais                 | quinzenal  | 800     | Lorena              | S.D.B.     |
| Ecos do Bom Conselho                  | Para colegiais                 | trimestral | 500     | Taubaté             | N.º 18     |
| Ecos do Colégio Arquidiocesano        | Para colegiais                 | anual      | 2.000   | S.P. Cap.           | F.M.       |
| Ecos Marianos                         | Público em geral               | anual      | 63.000  | Aparecida           | C.S.S.R.   |
| Estrela Santista                      | Para colegiais                 | mensal     | 600     | Santos              | N.º 21     |
| Estrela Seráfica                      | Paroquial                      | quinzenal  | 500     | Garça               | O.F.M.     |
| Família Cristã (A)                    | Público em geral               | mensal     | 120.000 | S.P. Cap.           | N.º 2      |
| Fátima Paulista                       | Público em geral               | mensal     | 14.000  | S.P. Cap.           | T.O.R.     |
| Fé (A)                                | Paroquial                      | semanal    | 2.300   | Baurú               | M.S.C.     |
| Fôlha (A)                             | Público em geral               | diário     | 5.000   | Jundiaí             | S.D.S.     |
| Gazeta Húngara                        | Emig. Húngaros                 | semanal    | 12.000  | S.P. Cap.           | C.S.B.     |
| Impronsa (A)                          | Público em geral               | semanal    | 15.000  | S.P. Cap.           | S.S.P.     |
| Irradiar                              | Assoc. Religiosa               | mensal     | 2.000   | S.P. Cap.           | N.º 6      |
| Jornal Escolar                        | Para colegiais                 | mensal     | 300     | S.P. Cap.           | N.º 24     |
| Jornal Escolar                        | Para colegiais                 | bimestral  | 1.300   | S.P. Cap.           | N.º 18     |
| Jornalzinho (O)                       | Para a infância                | quinzenal  | 20.000  | S.P. Cap.           | N.º 2      |
| Luz (A)                               | Público em geral               | mensal     | 4.000   | S.P. Cap.           | C.M.P.     |
| Mensageiro de S. Antônio              | Público em geral               | semestral  | 5.000   | S. André            | O.F.M.Conv |
| Mensageiro do Carmo                   | Público em geral               | mensal     | 8.000   | S.P. Cap.           | O.Carm.    |
| Missionária de Jesus Crucificado (A)  | Público em geral               | trimestral | 10.500  | Campinas            | N.º 5      |
| Nossa Folha                           | Para colegiais                 | —          | 1.000   | Rio Claro           | O.M.F.     |
| Nova Era (A)                          | Público em geral               | semanal    | 200     | P.do B. Jesus       | O.Prom     |
| Orientando                            | Assoc. Religiosa               | mensal     | 1.000   | S.P. Cap.           | N.º 6      |
| Pétalas Salvatorianas                 | Camp. Vocações                 | bimestral  | 300     | Americana           | N.º 27     |
| Pomba Azul (A)                        | Priv. da Cong.                 | mensal     | 240     | Campinas            | N.º 5      |
| Primavera                             | Para colegiais                 | semestral  | 1.500   | Lins                | N.º 9      |
| Rev. das Sem. Eucaríst. Salesiano (O) | Público em geral               | trimestral | 2.000   | S.P. Cap.           | S.S.S.     |
| Sanatorinhos Jornal                   | Para colegiais                 | mensal     | 1500    | Lins                | S.D.B.     |
| Santuário de Aparecida                | —                              | mensal     | 500     | Camp. Jordão        | N.º 26     |
| São José                              | Público em geral               | mensal     | 37.000  | Aparecida           | C.S.S.R.   |
| São José do Jarú                      | Público em geral               | mensal     | 3.000   | F. de Vascon.       | SS.CC.     |
| São José do Jarú                      | Para colegiais                 | trimestral | 500     | Jarú                | N.º 18     |

| Nome                 | Finalidade       | Period.    | Tiragem | Cidade    | Siglas |
|----------------------|------------------|------------|---------|-----------|--------|
| Serviço Social União | Cultura Social   | trimestral | 1.000   | S.P. Cap. | S.J.   |
| Vic' Veritas et Vita | Para colegiais   | bimestral  | 5.000   | S.P. Cap. | N.º 9. |
| Voz de São Judas (A) | Catequética      | mensal     | 8.000   | S.P. Cap. | N.º 2. |
| Voz do Carmo         | Público em geral | -----      | 10.000  | S.P. Cap. | S.C.J. |
| Voz do Salvador      | Para colegiais   | bimestral  | 1.000   | S.P. Cap. | P.F.M. |
| Voz do Santuário (A) | Público em geral | bimensal   | 2.000   | Jundicá   | S.D.S. |
| Voz Marista          | Paroquial        | semanal    | 1.000   | Garça     | O.F.M. |
| Vozes de Lourdes     | Priv da Cong.    | mensal     | 600     | S.P. Cap. | P.F.M. |
| icma I Klosy         | Para colegiais   | trimestral | —       | França    | N.º 18 |
|                      | Emig. polonesas  | mensal     | 600     | S.P. Cap. | S.D.B. |

## ORDENS E CONGREGAÇÕES FEMININAS

- 1 — Bom Pastor de Angers, Congreg. de N. Sra. da Caridade do
- 2 — São Paulo, Pia Sociedade das Filhas de
- 3 — São Domingos, União de
- 4 — São Vicente de Paulo, Filhas da Caridade de
- 5 — Jesus Crucificado, Congr. das Irmãs Miss. de
- 6 — Sto. Agostinho da Congr. de N. Sra., Ordem das Cônegas
- 7 — Capuchinhas de S. Francisco de Assis, Congr. das Miss.
- 8 — Espírito Santo, Congr. das Miss. Servas do
- 9 — Maria Auxiliadora, Congr. das Filhas de
- 10 — Sagrado Coração de Maria, Congr. das Irmãs do
- 11 — Beneditinas Miss. de Tutzing, Congr. das Irmãs
- 12 — Providência de Cap, Congr. das Irmãs da
- 13 — Sta. Teresa de Jesus, Companhia de
- 14 — Sta. Teresa de Jesus, Congr. das Filhas do
- 15 — Sta. Úrsula, União de
- 16 — N. Sra. Rainha dos Corações, Legião de
- 17 — Sagr. Coração do Verbo Encarnado, Congr. das Irmãs do
- 18 — São José de Chambory, Congr. das Irs. de
- 19 — Sta. Dorotéia, Congr. das Irmãs de
- 20 — Apostolado Católico, Congr. das Irmãs do
- 21 — Imaculado Coração de Maria, Congr. das Irs. do
- 22 — Angélicas de São Paulo, Congr. das Irs.
- 23 — Divina Providência, Congr. das Pequenas Irmãs da
- 24 — Sagr. Coração de Jesus, Congr. das Miss. Zeladoras do
- 25 — Instrução Cristã, RR. da
- 26 — Maria Im. Congr. das Pequenas Irmãs Miss. de
- 27 — Divino Salvador, Congr. das Irmãs do

# CASOS PRÁTICOS SÔBRE O DIREITO DAS RELIGIOSAS

*Pe. Irei Rafael de União dos Palmares OFM Cap.*

## **Caso I — SÔBRE O SEGUNDO ANO DE NOVICIADO**

*Em determinada Congregação de direito diocesano se prescreve para a liceidade de Noviciado o segundo ano.*

*Precisando com urgência a Madre Geral de uma Religiosa de boa formação e oportunas qualidades, para atender a portaria de uma Casa Religiosa, pareceu-lhe bastante indicada a irmã Inês.*

*Acontece, porém que a Irmã Inês tinha apenas terminado o primeiro ano de Noviciado.*

*A Madre Geral reúne então o Conselho e dispensa a Irmã Inês do segundo ano de Noviciado, admitindo-a à profissão.*

*Pergunta-se :*

- 1. Que é uma Congregação de direito diocesano e uma Congregação de direito pontifício?*
- 2. Quanto tempo deverá durar o Santo Noviciado?*
- 3. Agiu legitimamente ou ilegalmente a Madre Geral com o seu Conselho?*

————— o O o —————

### **1. Que é uma Congregação de direito diocesano e uma Congregação de direito pontifício?**

Para que se possa constituir o estado Religioso, pela sua própria natureza, requer-se a aprovação eclesiástica ao menos *negativa*, no sentido em que um modo certo e peculiar de vida religiosa não seja vedado ou considerado inválido pela autoridade eclesiástica. Em qualquer sociedade perfeita (como a Igreja) à autoridade legítima compete o direito de julgar se e em que condições outras sociedades privadas se possam admitir. Um estado de vida reprovado pela Igreja não poderá de nenhum modo se chamar estado de perfeição.

Se a Igreja pode emanar leis e preceitos que atingem a vida cristã em geral, com muito maior razão o pode em se tratando de um estado de perfeição ou seja do estado religioso.

Não chegando ao conhecimento da Igreja ou sendo ela contrária, nenhum estado jurídico eclesiástico poderá existir. Poderá alguém individualmente ou uma sociedade privada observar os três votos, de pobreza, obediência e cas-

tidade. Para esta observância particular não é necessária a aprovação *positiva* da Igreja. Contudo, para um "modus vivendi" *público* diverso e distinto do "modus vivendi" comum dos fiéis, segundo a vigente disciplina do Código, requer-se a aprovação eclesiástica positiva e formal da autoridade eclesiástica competente. Não basta a aprovação positiva, tácita, porém e geral. E esta aprovação eclesiástica é necessária tanto para as Ordens Religiosas como para as Congregações de direito pontifício ou diocesano. A sociedade, a agremiação, que carece de tal aprovação eclesiástica, não é pessoa moral eclesiástica (can. 100, § 1), nem pode ter o nome de "Religião" (can. 488, n. 1; can. 492, § 1).

Com esta aprovação da Igreja, temos não a observância privada, particular dos votos, mas a profissão dos votos religiosos, essencial ao estado religioso: os votos tornam-se públicos.

#### *Congregação de direito diocesano*

Passando agora à doutrina atual do Código de Direito Canônico, à doutrina positiva e determinada, encontramos logo a prescrição do Cânon 492 §§ 1-2: "§. 1. — Os Bispos, mas não os vigários capitular e geral, podem erigir Congregações religiosas, porém, não as erijam nem deixem erigir sem consultar antes a Santa Sé...".

Note-se que esta licença da Santa Sé, que o Bispo deve pedir para a fundação de uma Congregação, difere inteiramente da aprovação pontifícia ou seja do Decreto de louvor ("Decretum laudis"). Se, porém, o Romano Pontífice ou a Santa Sé, conceder por si ou por um seu delegado a primeira aprovação ou seja a primeira ereção, esta fundação ou aprovação seria pontifícia, a não ser que houvesse alguma cláusula em contrário.

Se a Santa Sé ao súplice libelo do Bispo, der uma resposta favorável ou seja o "*nihil obstat*", poderá então o Bispo proceder à ereção e à aprovação de uma determinada Congregação com um decreto *formal, expresso e por escrito*. Para o que o Bispo deverá antes examinar se a nova Congregação apresenta todos os requisitos, exigidos pela Santa Sé.

Depois de consultada a Santa Sé e recebida uma resposta favorável, o Bispo tem a faculdade de erigir uma Congregação religiosa e de aprová-la como verdadeira e legítima Religião e assim se lhe confere a personalidade moral.

Além da constituição em pessoa moral com todos os direitos das pessoas morais, o Código de Direito Canônico estabelece a *submissão* externa de tal Congregação: cân. 492, § 2: "A Congregação de direito diocesano, embora espalhada por várias Dioceses, enquanto não obtiver a aprovação pontifícia ou o decreto de louvr, permanece diocesana plenamente sujeita, conforme o direito, à jurisdição dos Ordinários".

#### *Congregação de direito pontifício*

##### *Modo de proceder da Santa Sé em erigir e aprovar uma Congregação.*

Antigamente as Congregações religiosas de direito diocesano tinham *ipso facto* a aprovação pontifícia. Somente em alguns casos peculiares entrava a Santa Sé para a confirmação. Com o correr dos tempos foi introduzido e reconhecido o método, pelo qual as novas Congregações, depois de terem si-

do constituídas pelos Ordinários do lugar, e depois de terem dado prova de sua consistência e benéfico ministério, recebiam a aprovação pontifícia. Teve origem assim a célebre distinção das Congregações em *pontificias* ou de direito pontifício e *diocesanas* ou de direito diocesano.

As Congregações de direito diocesano não alcançam a aprovação pontifícia, senão quando já tenham obtido a aprovação do Bispo e venham desenvolvendo com eficiência a sua finalidade.

O Romano Pontífice pode, como é natural, omitidas tôdas as outras formalidades do direito positivo, erigir as Congregações de direito pontifício. Geralmente, porém, se serve de seus órgãos, isto é, das Sagradas Congregações.

A aprovação do Romano Pontífice ou da Santa Sé procede *gradativamente*: primeiro concede o "Decretum laudis", o Decreto de louvor, no qual se *louvam* não somente a finalidade da Congregação e a intenção do fundador ou fundadora, mas a própria Congregação — Depois aparece o Decreto da aprovação definitiva. — Pode acontecer que a Santa Sé emane o Decreto de aprovação definitiva sem que tenha havido antes o Decreto de louvor. Isto acontece, quando uma Congregação Religiosa de tal modo tenha manifestado a sua consistência e progresso, que não mais sejam necessários ulteriores testemunhos do seu florescimento.

Para que uma Congregação se torne de direito pontifício e não seja mais de direito diocesano, basta que a Sé Apostólica de algum modo "ei manus apponat", isto é, a tenha distinguido com o *Decreto de louvor* ou com a aprovação seja somente das Constituições, seja somente, como normalmente acontece, do Instituto ou das Constituições e da Congregação simultaneamente.

A Congregação que recebeu uma destas distinções, torna-se "*pontificia*", isenta em vários pontos da jurisdição do Ordinário do lugar, e assim, alcança maior autonomia.

### Ad II — Quanto tempo deve durar o Noviciado?

Conforme o cânon. 555, § 1, n. 2, o Noviciado deve ter a duração de *um ano íntegro e contínuo*. O § 2 do mesmo canon assim estabelece: "Exigindo-se nas Constituições mais que um ano para o Noviciado, o segundo não se requer para a validade da profissão, a não ser que as Constituições determinem expressamente o contrário".

Em várias Congregações se exige o segundo ano de Noviciado para a validade ou para a liceidade.

Note-se, porém, que é o *primeiro* o ano canônico. Isto pelo direito comum: o ano canônico deve ser o primeiro; de modo que, excetuando-se o Romano Pontífice, ninguém poderia, sem uma delegação, mudar a ordem estabelecida neste particular.

### Ad III — Agiu legitimamente ou ilegítimamente a Madre Geral e seu Conselho?

Nesta matéria, segundo um princípio geral, a Superiora pode dispensar no que lhe foi concedido ou pelo direito ou por um privilégio ou pelas Constituições.

Portanto, se pelas Constituições ou por um privilégio, a Superiora antes poderia dispensar em determinados casos, o poderá também agora, porque nem as Constituições nem o privilégio foram abrogados. Até aqui nenhuma dificuldade.

Mas, se as Constituições silenciam e nenhum privilégio justifica a dispensa? — Primeiramente, devemos afirmar que a Superiora não pode dispensar sobre aquêles pontos contidos na Regra ou nas Constituições e referem o direito comum. — Ademais, nos pontos particulares de cada Instituto, referidos pelas Constituições ou pelas Regras, se estas forem aprovadas pela Santa Sé, não podem também dispensar. Por esta aprovação, as Regras e Constituições tornam-se pontifícias e uma autoridade inferior ao Romano Pontífice não pode dispensar.

Não se pode negar que a Superiora possa dispensar *algumas vezes* daquelas observâncias, que não fazem parte da essência, da substância do Instituto Religioso, da Congregação, como por exemplo; os votos. Quais sejam estas observâncias, as Constituições, a tradição e o legítimo costume, que é um ótimo interprete da lei, ensinarão.

Não podem também dispensar naquelles *pontos constitutivos* da Congregação, por exemplo: a Superiora Geral, sem uma faculdade especial, não pode, nem mesmo uma só vez, dispensar que se realize no tempo estabelecido o Capítulo Geral, etc.

É a *duração do Noviciado por mais de um ano* que, em determinadas Congregações, se prescreve, pertence às observâncias menores ou se deve colocar entre os pontos constitutivos? — Devemos dizer que tal duração além de um ano, seja prescrita para a validade como para a liceidade, é um ponto constitutivo. A razão é clara: seja numa hipótese seja na outra, o tempo do Noviciado atinge a formação dos membros da Congregação. Como a *integridade* de um ano de Noviciado não pode ser violada pela Superiora, porque julgada pelo legislador necessária à formação completa das Noviças: com igual razão, a Superiora não pode dispensar do tempo excedente ao ano canônico, tempo exigido por várias Congregações. Prescreve-se justamente esta maior duração, porque em determinadas Congregações, pelo fim peculiar a que se destinam, pareceu insuficiente somente o ano canônico. E o Código de Direito Canônico *justifica* esta circunstância, no cânon 555, § 2 já citado.

Portanto, nega-se à Superiora Geral, mesmo com o seu Conselho, a faculdade de dispensar sobre o tempo que excede ao ano canônico, *a não ser que expressamente as Constituições digam o contrário.*

Agiti, no caso apresentado, ilegalmente a Madre Geral com o seu Conselho. No caso presente, tratando-se de uma Congregação de direito diocesano, *ante factum*, se deve recorrer ao Ordinário do lugar, ao Bispo que, se julgar oportunas e justas as razões da Madre Geral e do seu respectivo Conselho, pode legitimamente dispensar a Irmã Inês do segundo ano de Noviciado, admitindo-a à profissão.

*Post factum*: recorrer ao Ordinário do lugar, ao Bispo, narrar-lhe o acontecido e seguir fielmente a sua decisão.

# A CATEQUESE REALIZADA PELAS IRMÃS DA PROVIDÊNCIA

*Irmãs Maria Ange e Maria Rafaela*

## Introdução

Para avaliação do trabalho de catequese realizado pelas Irmãs da Providência, procedeu-se a um levantamento, para o que foi formulado um inquérito e distribuído entre as 46 Casas da Providência.

Julgamos o trabalho imperfeito, porque vivemos sob o signo da escassez de tempo e tudo há-de ser feito às pressas. Mesmo assim, o resultado do inquérito dá visão aproximada de nossa realidade e a tentativa serve ao menos como ensaio.

## I — O Inquérito

O questionário constou de 15 perguntas que passamos a analisar.

1.º — Dentro do educandário, quantas alunas recebem instrução religiosa?

total . . . . . 4.805

Este número compreende alunos de colégios, escolas e orfanatos, onde jovens e crianças recebem aulas em cursos de religião.

2.º — Se há centro de catecismo, dentro da Obra, para pessoas que não sejam da Casa, quantas são atingidas?

total . . . . . 2.350

É o caso dos cursos noturnos ou de centros de catecismo para crianças de fora. A Casa do Pobre, em Copacabana, Rio de Janeiro, é exemplo típico: atinge, em dois cursos noturnos, 530 domésticas, número maior do que o das crianças abrigadas na Casa.

3.º — Fóra da Obra, há quantos centros catequéticos?

total . . . . . 138

São centros que, fundados por iniciativa das Irmãs, funcionam fora da Casa, mas sob a influência direta da mesma.

4.º — Qual o total de pessoas atingidas nesses centros?

crianças . . . . . 11.690

adultos . . . . . 2.166

Deve-se notar aqui a desproporção entre o número de crianças e o de adultos que freqüentam os centros de catecismo. De um lado, é natural que haja mais crianças para o catecismo; de outro, seria de desejar um cuidado maior dos catequistas em atrair os adultos, também ignorantes e necessitados de instrução religiosa.

Vejamos:

|                     |     |          |   |        |        |
|---------------------|-----|----------|---|--------|--------|
| Carmo do Rio Claro: | 528 | crianças | e | nenhum | adulto |
| S. Gonçalo:         | 600 | "        | " | "      | "      |
| M. Aprazível:       | 300 | "        | " | "      | "      |

Sabemos que muitas vêzes os adultos estão desejosos de ouvirem o catecismo, mas ficam envergonhados e não se aproximam se não houver um inteligente tato para atraí-los.

Notemos, nos exemplos abaixo, uma boa relação entre os dois grupos:

|                       |     |          |     |     |         |
|-----------------------|-----|----------|-----|-----|---------|
| em S. José Rio Preto: | 780 | crianças | por | 180 | adultos |
| em Apiúna:            | 120 | "        |     | 60  | "       |

Aqui fica um fato que se depreende do inquérito e que está merecendo estudo, para melhor solução.

5.º — Dizer o nome dos bairros onde funcionam os centros catequéticos e a distância a que se acham da Casa.

Pedimos o nome dos bairros, a fim de exigir tôda a atenção dos inquiridos, mas não interessa para resultado em vista. O mais interessante é a distância a que se acham da Casa.

Fizemos quatro grupos:

|                           |       |     |         |
|---------------------------|-------|-----|---------|
| 1.º — com menos de 3 km   | ..... | 79  | centros |
| 2.º — entre 3 e 5 km      | ..... | 19  | "       |
| 3.º — mais de 5 km        | ..... | 19  | "       |
| 4.º — distâncias notáveis | ..... | 21  | "       |
| total                     | ..... | 138 | "       |

Examinemos, a seguir, as distâncias maiores:

Caneleiras, distante 15 km. de Ouro Fino

Bicas do meio distante 22 km. de Itajubá

Morro Grande distante 18 km. de Itamonte

Campo Redondo distante 36 km. de Itamonte

As maiores distâncias registradas entre a Casa de influência e o centro catequético se encontram em Itamonte, pequena cidade à beira de rodovia. Porque atingem êsses centros distâncias longas, têm frequência rarefeita, dos poucos habitantes daqueles lugarejos encravados entre montanhas.

Notemos aqui que, na cidade paulista de Nhandeara, vai dar catecismo a Irmã catequista residente em Monte Aprazível, cidade que fica a mais de 30 km., sendo o percurso feito em hora e meia, em ônibus da linha.

6.º — Qual o meio de transporte utilizado?

As respostas indicaram os seguintes meios:

trem, ônibus de linha, caminhão, camionete, automóvel, "jeep" charrete, bicicleta, cavalo.

Em quase todos os centros com menos de 3 km. de distância, as catequistas vão a pé, se não há bicicleta. Sabemos que em Apiúna, para chegar à Capela de S. Pedro, distante 8 km., durante muito tempo, enquanto não teve bicicleta, a Irmã catequista fez o percurso a pé, ida e volta... Benditos pés!

Aqui, dois reparos: em muitas cidades e pelo motivo em questão, as Irmãs estão usando largamente a bicicleta: Itajubá, Brasópolis, Santa Rita do Sapucaí, Eugenópolis, Apiúna.

Em Eugenópolis, quando o povo reparou nas Irmãs varando a pé aquelas distâncias, um generoso senhor ofereceu uma charrete, com o cavalo, que a própria Irmã guia em suas viagens.

Entre as respostas colhidas neste quesito, uma só apareceu dizendo ser usado o jeep "paroquial". Como seria interessante que cada paróquia tivesse seus meios de condução!

Aliás, em Itajubá, por exemplo, a Paróquia facilita as despesas de condução para as catequistas. E, a bem do nosso povo, devemos dizer que em tôda parte encontram-se as catequistas alguma condução gratuita.

7.º — Qual o total de catequistas?

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| Irmãs .....               | 99  |
| leigos (feminino) .....   | 478 |
| leigos (masculinos) ..... | 31  |
| Total .....               | 608 |

O que devemos notar aqui é a diferença grande entre o número de catequistas homens e mulheres. Benefício traria o presente inquérito se, com a sugestão aqui feita, mais atenção fosse dada ao recrutamento e formação de catequistas homens. Possível é arregimentar um bom contingente deles, por exemplo em Eugenópolis, sobre um total de 36 catequistas, há 10 homens; em Itajubá, sobre 80 catequistas, há 6 homens.

8.º — Como se faz a formação dos catequistas?

As respostas indicaram as seguintes modalidades:

reuniões

reuniões e aulas

metodologia, pedagogia do catecismo

tratamento individual, orientação de leituras

Pelas respostas, pareceu-nos que há falha neste ponto tão importante; a formação do catequista exige maior sistematização, aulas, programas, enfim, um verdadeiro curso.

Duas respostas indicaram "curso de catequista por correspondência". Boa idéia, enquanto não se puder fazer coisa melhor.

9.º — Na Escola Normal se dá a Metodologia do Catecismo?

A totalidade das escolas normais ou regionais responderam afirmativamente: Itajubá, Caxambú, Passa Quatro, Brasópolis, Paraguassú, Silvianópolis, Ouro Fino.

## 10.º — Confere-se diplomas?

Quatro respostas afirmativas:

Itajubá, Passa Quatro, Brazópolis, Ouro Fino.

A entrega é feita com solenidade, pela autoridade paroquial ou diocesana.

— Nas outras respostas, embora negativas, já se delineia a tendência para a entrega de diploma do catequista.

A êste respeito, sugerimos que, na ocasião da entrega do diploma, se faça o juramento de catequista. Seria um meio de solenizar melhor o ato e fortalecer uma consciência profissional no catequista.

11.º — Há catequese feita pelas Irmãs nos grupos escolares e outros estabelecimentos de ensino leigos, oficiais ou não?

respostas afirmativas . . . . . 8

abrangendo estabelecimentos num total de 12

e crianças em número de . . . . . 3.976

Em uma resposta se diz que, embora não se faça catecismo, por meio de ensaios de canto no grupo escolar da cidade, se consegue alguma influência religiosa sobre as crianças.

12.º — Há catequese na cadeia da cidade?

Nove respostas afirmativas:

Itajubá, Cristina, Brazópolis, Passa Quatro, Santa Rita do Sapucaí, Tanabí, Eugenópolis, São Gonçalo, José Bonifácio, atingindo-se em um ano, aproximadamente, 77 presos. Também aqui um reparo se impõe: parece que se deveria dar mais atenção a essa forma de apostolado, tanto mais que a condição dos detentos dispõe ao bom aproveitamento da catequese: seu estado de humilhação e sofrimento, disponibilidade de tempo para leitura e reflexão.

Num questionário verificamos: Irmã que atinge, nos diferentes centros sob sua influência, 1.860 pessoas, não criou ainda um centro na cadeia.

13.º — O trabalho da catequese é feito de entendimento com o paróco?

Tôdas as respostas são afirmativas.

A pergunta visava verificar se o nosso apostolado de catequese está perfeitamente integrado na vida paroquial. Sim.

14.º — Dizer com que atividade comemorou o Dia Nacional do Catecismo.

Dentro de uma certa variedade, as respostas conservam uniformidade:

Missa e concentração das crianças, desfile!

Distribuição de lembranças, merenda ou balas para as crianças.

Missa dialogada para as catequistas.

Palestras alusivas ao Dia.

Desfile de carros alegóricos.

Sessão recreativa ou hora de arte.

Fundação da Congregação da Doutrina Cristã.

Reorganização do Catecismo Paroquial.

Hora Santa para catequistas.

Procissão.

Passeata das crianças com a bandeira de cada centro.

Cartazes pela cidade e casas de comércio.

1.<sup>a</sup> Comunhão, distribuição de prêmios de catecismo.

Exposição catequética — salientando-se a de Caldas, que movimentou as associações religiosas para a preparação e teve larga repercussão.

Em Caxambú, tríduo catequético preparatório, dirigido pelo Diretor Diocesano da Congregação da Doutrina Cristã.

Em S. Gonçalo se organizou uma excursão das catequistas a Itajubá, para assistirem às atividades do dia, adquirindo assim experiência.

Em Itajubá, depois de uma quinzena de intensa propaganda pelos bairros da cidade através de cartazes e irradiações radiofônicas, o dia foi celebrado com uma concentração de 5.000 crianças que assistiram à Missa, desfilaram e à tarde no Estádio, assistiram à representação dos "Mistérios da Fé"

Caxambú e Carmo do Rio Claro aproveitaram a sugestão e fizeram de modo idêntico.

15.<sup>o</sup> Fazer observações que julgue interessantes.

O catecismo dos adultos (cm/ Tanabí) resultou na legalização de 13 casamentos e 2 batismos de adulto. Em um ano.

Na Casa do Pobre, Rio, 1a. Comunhão de 40 adultos, em um ano.

Em Apiúna, um batismo de menina de 9 anos. O povo pede à Irmã: "não nos abandone".

Em muitos lugares o catecismo dá oportunidade a movimentos tais como: preparação de coroinhas, páscoa de motoristas, etc., visita da imagem de Nossa Senhora às famílias.

|                                       |        |
|---------------------------------------|--------|
| Resumindo: Centros catequéticos ..... | 138    |
| Irmãs catequistas .....               | 99     |
| Leigos .....                          | 509    |
| Almas atingidas .....                 | 25.064 |

Da relação numérica poderíamos deduzir que há, aproximadamente, 180 indivíduos para cada centro e 50 para cada catequista; e cada Irmã atingiria, também aproximadamente, 250 almas. Note-se ainda que a relação de Irmã para catequista é de 1 para 5.

Entretanto, a realidade é outra. Justamente a variedade enorme de condições em que trabalham as Irmãs, dificultou a exatidão do levantamento. Assim, uma Irmã, em um centro pode ter 60 ou menos crianças, enquanto outra, por exemplo a que trabalha em Monte Aprazível, com tempo integral para a catequese, tem sob sua influência, mais de mil catequisados, em duas cidades.

Cumpre notar: das 99 Irmãs catequistas apontadas, apenas duas dão tempo integral para a catequese. Para tôdas as outras, êsse apostola-

do é acréscimo sobre os seus trabalhos de escola ou hospital. Por exemplo, na Casa do Pobre, as reuniões e cursos noturnos são feitos por Irmãs que já têm ásperos deveres na Casa, ou pelas Irmãs estudantes que aí residem e estão cursando a Faculdade de Sta. Úrsula.

Nesta relação de 99 Irmãs catequistas não estão incluídas as Irmãs professoras que dão aulas de doutrina religiosa às suas alunas.

Também o inquérito não incluiu os pacientes internados nos hospitais ou maternidades onde recebem assistência religiosa sob a forma de exortação, preparação para os sacramentos e, tanto quanto possível, de catequese. O número desses pacientes é de 15.450 aproximadamente, por ano.

Maior ainda é o número dos que passam pelos nossos ambulatórios, mas nesse caso a influência religiosa não é sempre possível e, geralmente, superficial.

Não omitiremos algumas palavras de informação sobre a Escola de Enfermagem. As alunas são formadas para a assistência espiritual ao paciente, sob tôdas as formas que sua atividade comporta, inclusive a catequese propriamente dita. Entretanto, o currículo muito sobrecarregado do curso, bem como os trabalhos excessivos dos responsáveis pela Escola ainda não permitiram senão o plano de entregar à formanda, junto com o diploma de enfermeira, também o de catequista.

## II — Para ilustração

Itajubá — Uma Irmã, que é professora de Metodologia na Escola Normal, organiza e articula todo o movimento de catecismos. Outra Irmã, esta de tempo integral para o apostolado, se dedica especialmente ao catecismo dos bairros afastados, inclusive na zona rural. E com o auxílio de 80 catequistas, podemos dizer que toda a população infantil, num total de 5.000 crianças, está sob a influência da catequese.

Digno de notar-se é a missa explicada para 1.200 crianças que enchem a igreja, domingo, às 8 hs. Começada em Itajubá por iniciativa do Rvmo. Vigário, Padre Agostinho Picard, faz-se agora em mais de 20 cidades; em algumas, é a catequista leiga que explica a missa, em quase tôdas, a Irmã. Além da assistência à missa que fica assim facilitada, constitui ótima lição de catecismo, feita junto do altar, para crianças e adultos.

Cristina — Funcionam ali pequena santa casa e escola paroquial. Cinco Irmãs para o serviço. E desenvolvem o seguinte programa de apostolado, auxiliados por 20 catequistas: missa explicada às crianças, reunião para mães, para Filhas de Maria, Cruzadinhos, catecismo na Cadeia, no grupo escolar e mais 6 centros catequéticos. A influência desse apostolado atinge na cidade, 2.190 almas e se estende pela zona rural, nas 20 capelas onde também se criaram centros de catecismo. Em cada capela, que é visitada uma vez por mês, pelo sacerdote e pelas Irmãs, ficam três catequistas residentes.

Caldas — É notável nessa cidade o movimento FAC (Fraterno

Auxílio Cristão), iniciado pelo Rvmo. Vigário, Padre Gervásio Cunha, movimento que faz da Paróquia a "família de Deus". Na colaboração com o Pároco, uma Irmã da Santa Casa organiza e dirige os catecismos. São 5 centros, na cidade e nas capelas rurais. Seguindo o sacerdote, nas capelas da roça, aos domingos, Irmã e catequistas reúnem o povo, após a missa, para a catequese.

Eugenópolis — Trabalho idêntico ao que se faz em Caldas. Com 13 centros fora da cidade, nas capelinhas da roça. Distâncias longas, povo indiferente às coisas da religião, de começo foi duro, mas os frutos já vão chegando, e foram visíveis no Dia do Catecismo, este ano, reunindo para a bela solenidade, além dos adultos, um total de 1.200 crianças de todo o município, para desfile na cidade e concentração na Praça da Matriz.

Itamonte — Como em Cristina, pequena santa casa e escola primária. Além dos trabalhos próprios, as Irmãs mantêm a catequese. É aqui que encontramos as maiores distâncias, para atingir os centros fora da cidade, chegando alguns a 20 e 36 km. Nessas caminhadas, a própria Irmã já utilizou o cavalo. São 18 centros disseminados entre as montanhas, em logarejos meio perdidos, de população escassa. Dos catequistas que ajudam as Irmãs, muitos são residentes nesses povoados. Pelo menos uma vez por mês os centros são visitados, exceto os mais afastados, onde a Irmã só pode ir algumas vezes por ano. Mas o contato se faz pela visita ou reunião dos catequistas na cidade.

Fazenda Santa Maria — Ouro Fino — A 8 km. de Ouro Fino fica a Fazenda Santa Maria, do Sr. José Palma Rennó. Dentro da Fazenda, a "Casa Maternal Coração de Maria", compreendendo: Capela, residência das três Irmãs, hospitalzinho e farmácia de urgência, maternidade, lactário, escola para crianças e curso noturno para adultos. Tudo a serviço dos colonos, 80 famílias, num total de 480 pessoas.

É feita a assistência religiosa, com missa semanal, catecismos, reuniões para mães, moças, homens.

Além desse trabalho dentro da Fazenda, as Irmãs criaram 4 centros catequéticos, a distâncias de hora e meia de viagem a pé, que assim é feita muitas vezes, quando não se acha caminhão ou charrete. Nesses 4 centros são atingidos 60 adultos, além de 300 crianças.

A 10 km. de distância, os proprietários da Fazenda Paulini estão pedindo às Irmãs o mesmo serviço. Idem, a Fazenda de Sto. Antonio da Mococa, naquela vizinhança... Senhor, mandai obreiros para a vossa messe!

Monte Aprazível — Uma Irmã, com residência na Santa Casa local, é dedicada à catequese, tempo integral. Auxiliada por 17 catequistas mantém três centros, com um total de 350 crianças. Além disso, garante o ensino da doutrina no grupo e ginásio estadual da cidade, bem como no grupo escolar, ginásio, Escola Normal e curso científico da cidade de Nhandeara, a uma distância de hora e meia, pelo ônibus de linha. Atinge, neste setor, mais de 1850 almas, o que perfaz, com as crianças dos centros, um total de mais de 2.000 almas sob a influência de uma só Irmã cate-

quista.

Um rebento — Ipuina, cidadezinha de 4 mil habitantes, entre Póuço Alegre e Caldas. Lá reside, desde este ano, uma moça de formação das Irmãs da Providência e mantendo contato com o Convento de Itajubá. Ali em Ipuina, onde não há padre nem médico, aquela moça se dedica pelos enfermos, em pequeno local que ela mesma chamou: "Casa Padre Moye" e ensina o catecismo no grupo escolar, a 270 crianças. Registramos o fato por achá-lo muito interessante para o estudo que fazemos.

Nestes exemplos bastantes típicos da atividade de nossas Irmãs, desejamos também evidenciar a variedade das obras e condições de trabalho, o que naturalmente torna mais difícil um levantamento de dados.

### III — Como formamos as nossas catequistas

É coisa difícil formar difusoras do Evangelho de Cristo, semeadoras da Verdade e do Bem. Temos começado o trabalho, tendo já diplomado duas turmas de normalistas-catequistas em nossa Escola Normal.

A formação é feita em dois anos. Começa-se no segundo ano do Curso Pedagógico.

A Pedagogia do Catecismo em nossa Escola Normal, ocupa um lugar de destaque e todas as estudantes sabem que deve-se dar a essa disciplina tanta importância, senão mais, do que à metodologia geral e especial.

Adota-se como livro de texto, a Pedagogia do Catecismo, do Mons. Alvaro Negromente. O livro não se presta muito a um estudo sistematizado, mas, na falta de outro, ajuda bastante. As aulas são dadas semanalmente (tiramos uma aula de Metodologia), de preferência no fim da semana, porque se afervoram as alunas para o apostolado do sábado e do domingo.

No primeiro ano, as noções são na maioria teóricas, seguindo-se o roteiro traçado pelo livro, a saber: necessidade e finalidade do Catecismo, dever de ensiná-lo, formação da catequista, etc. Aqui procura-se dar às alunas o amor pelo ensino da Religião, sem o qual todo o resto não teria sentido; convencê-las da necessidade de ensiná-la bem. Quase sempre é nesta época que se apresentam as candidatas par dar Catecismo na Paróquia.

A formação intelectual, moral, pedagógica e espiritual da catequista é amplamente estudada. Uma vez feita esta base, passa-se aos assuntos mais práticos: problema da frequência, da disciplina, do local, da organização do catecismo Paroquial, etc.

No segundo ano, os estudos tomam uma feição inteiramente prática; estudo dos métodos mais aconselhados ao ensino da Religião, material didático, recursos e avaliação do ensino, etc. Essas noções são logo postas em prática: confecção de jogos catequéticos, albuns, dramatizações, composições de exercícios escritos e testes para a verificação da aprendizagem, preparo de trabalhos manuais sobre assuntos relacionados com as aulas de catecismo. Esses trabalhos executados pelas alunas, podem oferecer oportu-

tunidade para pequenas exposições catequéticas.

Além desses, outros são estudados sob forma de discussão em classe, de exercícios escritos, sessões catequéticas, etc.: a preparação para a primeira comunhão, a oração infantil e iniciação à verdadeira piedade, o culto à Eucaristia, missa das crianças, contribuição da liturgia para a catequese, etc.

Com relação à Eucaristia, por exemplo, as alunas compuseram uma pequena Hora Santa para ser feita com as crianças; quanto à missa das crianças, tôdas aprenderam como explicá-la às crianças. Não nos foi possível ainda fazer com que as praticantes fizessem um estágio nas diversas igrejas e capelas, explicando a Santa Missa, mas praticaram no curso primário da Escola Normal. Quando à oração, nossas alunas têm aprendido como fazer as crianças rezarem, não só vocal, mas mentalmente também. Encontramos neste ano passado, numa sala de aula do Grupo Escolar, onde uma praticante dera aula de religião, uma criança que nos disse: "hoje nós aprendemos que a gente pode rezar sem falar, só pensando em Deus".

Tratando-se das aulas de Catecismo propriamente ditas, as alunas do 3.º ano normal são obrigadas a dá-las como fazem com as outras matérias. Há um dia na semana em que as praticantes escaladas deverão dar aula de religião. Estas aulas são assistidas pela professora de prática, que anota os defeitos e qualidades e dá-lhes uma nota. Qual o método empregado? As alunas têm a liberdade de fazer seu plano de aula conforme acharem melhor, entretanto, alguns métodos lhes são ensinados, os quais geralmente são adotados por elas: Método integral de Monsenhor Negro-monte, o Método de Munich e outros. As alunas-mestras, ao entrarem numa classe para dar aula de Religião, já foram advertidas de que esta aula é diferente das demais, pois deve passar para a vida das crianças. Portanto, atmosfera de silêncio, de atividade organizada de adoração.

Para as que não são catequistas, pensamos intensificar esses estágios, nos centros de Catecismo, nos grupos escolares, o curso primário da Escola Normal. As notas desses estágios seriam adicionadas à nota da prova final de Pedagogia do Catecismo, mediante a qual elas têm o direito de receber o diploma de catequista.

## ALGUNS CONSELHOS PARA O SUCESSO NA ENTREVISTA

Tô-las as pessoas que realizam qualquer atividade apostólica no campo social devem continuamente entrevistar os assistidos para conhecê-los e dar-lhes a necessária orientação. Assim é que apresentamos hoje algumas normas que têm por objetivo ajudar quem entrevista a obter do uso dêste precioso instrumento o maior número de frutos possível AMDG.

### *I. Preparo para a entrevista:*

1. Decidir o que se quer obter. Definir o objetivo, que fatos devem ser ventilados, que informações se vai dar.
2. Conhecer o entrevistado. Pedir informações a seu respeito, a respeito dos seus interesses, etc.
3. Um lugar onde haja tranquilidade e só o entrevistado com quem entrevista).
4. Obter o ponto de vista do entrevistado (colocar-se no lugar do entrevistado).
5. Examinar os próprios preconceitos e dar o desconto dos mesmos.

### *II. A Entrevista :*

6. Ganhar e merecer a confiança do entrevistado; confiança mútua é essencial para o sucesso da entrevista.
7. Estabelecer um contáto agradável.
8. Prestar serviço ao entrevistado.
9. Ajudá-lo para que se sinta à vontade e pronto para falar. A Entrevistadora deve começar a conversa para que o entrevistado se sinta à vontade e logo após deixar que êste fale. Nunca parecer que domina a situação ou ter uma atitude de domínio. Fazer algumas perguntas que dêem oportunidade a que o entrevistado mostre seus conhecimentos. (todos gostam de ser apreciados).
10. Ouvir. A arte de saber ouvir é difícil para muita gente. É preciso dar ao entrevistado uma oportunidade. Animá-lo a falar.
11. Dar tempo suficiente para a entrevista. Uma entrevista satisfatória requer tempo.
12. Não perder tempo. Ir logo ao objetivo.
13. Ter o contrôle da entrevista, sem ser dominador. É preciso que a Entrevistadora esteja durante todo o tempo da entrevista muito alerta para não perder nada, não só do que o entrevistado diz, mas também das expressões de fisionomia, das reações, etc.

*Notas:* — É preciso muita cordialidade por parte de quem entrevista e também sinceridade. Deve animar o entrevistado, mas não apressá-lo. Fazer perguntas, mas para facilitar a conversa. Evitar que o entrevistado se ponha

na defensiva e deixar que êle mesmo formule suas conclusões, e seus planos de ação. Fazer com que o entrevistado tome a responsabilidade das suas atitudes. Dar oportunidade para que o entrevistado se sinta animado a voltar para outras entrevistas, sempre que achar necessário. Que haja espontaneidade, cordialidade, bom humor e alegria durante todo o tempo da entrevista.

### Notícias:

Noticiamos, com prazer, a fundação de mais algumas Escolas de Serviço Social dirigidas por Religiosas, que iniciaram em 1959 seus trabalhos.

São elas:—

Faculdade de Serviço Social de Campina Grande  
Rua Paulo Frontin, 240 — C. Grande — Paraíba  
Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo

Faculdade de Serviço Social de Florianópolis  
Rua Vitor Condor, 53 — Florianópolis — Sta. Catarina  
Missionárias de Jesus Crucificado

Faculdade de Serviço Social de Lins  
Rua 9 de Julho, 1093 — Lins — São Paulo  
Missionárias de Jesus Crucificado.

Instituto Social de Vitória — Escola de Serviço Social  
Av. José Carlos, 229 — Vitória — E. Santo  
Filhas do Coração de Maria

Às diferentes Congregações e Diretoras das Escolas, o aplauso e o estímulo do DSAS, que está sempre ao seu dispor.

## CONGRESSO DOS RELIGIOSOS DO NORDESTE

Recife, 25 de janeiro — 1 de fevereiro de 1959

Em fins de janeiro p. p. afluíram para a Capital pernambucana centenas de Religiosos das Capitais e interior dos Estados nordestinos, com também Bahia, Sergipe, e Ceará, para participarem do primeiro Congresso Regional dos Religiosos do Nordeste, convocado pela Conferência dos Religiosos do Brasil e promovido pelas Secções dos respectivos Estados nordestinos.

O Congresso, inaugurado às 17,30 horas do dia 25 de janeiro, no Colégio São José das Irmãs Dorotéias, foi presidido pelos Exmos. e Revmos. Srs. Dom Antônio de Almeida Moraes, DD. Arcebispo de Olinda e Recife, e Dom Martin Michler OSB, DD. Presidente da C.R.B.

Depois de uma impressionante solenidade para-litúrgica, sôbre o tema: "A reunião das Igrejas separadas com a Igreja-Mãe, celebrando o encerramento do curso de catequistas e da semana internacional de oração, o Exmo. Sr. Arcebispo celebrou a Santa Missa, durante a qual a numerosa assistência rezou e

cantou, sob a direção de um monge beneditino, orações que acompanhavam a Liturgia do Sacrifício da Missa. Em seguida o apostólico Arcebispo proferiu um vibrante discurso, inaugurando oficialmente o Congresso. As demais sessões do Congresso foram realizadas tôdas no amplo Colégio Nossa Senhora, das Irmãs Beneditinas de Tutzing.

Durante a semana tôda, das 8,30 às 11 horas, no salão nobre do Colégio se realizava a reunião geral dos Religiosos e Religiosas, com uma conferência espiritual e, depois de um breve intervalo, uma conferência sôbre um tema de interesse geral, conforme o seguinte programa. 1) A Ação Católica no Brasil, pelo Revmo. Pe. Lamartine, Assistente Nacional da JEC; 2) A Conferência dos Religiosos do Brasil, pelo Revmo. Pe. Tiago G. Cloin C.S.R., Sub-Secretário da C.R. B.; 3) Problemas de educação e ensino, pelo Revmo. Irmão Bruno Irineu, Marista; 4) A atualização da Pastoral, pelo Revmo. Pe. Tiago G. Cloin, C.S.R.; 5) O aumento das vocações pela intensificação da catequese, por um Revmo. Padre Jesuíta; 6) Ação rural e apostolado das sêcas e migrações, pelo Exmo. e Revmo. Sr. Dom Eugênio de Araújo Sales, DD. Bispo Auxiliar de Natal. A média da assistência foi calculada em cêrca de 450 Religiosos.

À tarde, das 14,30 às 17,00 horas, realizavam-se as reuniões especializadas: 1) Reunião dos Superiores; 2) Curso de Catequese; 3) Curso de Serviço Social; 4) Curso de Pedagogia; 5) Curso para Mestras de Noviças; 6) Curso de jornalismo. Na reunião dos Superiores trataram-se os seguintes temas: — A assistência espiritual às Religiosas, pelo Revmo. Pe. Frei Francisco Xavier Bockey OFM, Conselheiro canônico da C. R. B.; 2.º — A formação religiosa, clerical e apostólica dos Religiosos segundo a Constituição Apostólica "Sede Sapientiae", pelo Revmo. Pe. Paulo Bannwart, Provincial dos Jesuítas; 3.º — A formação espiritual, intelectual e profissional das Religiosas, pelo Revmo. Pe. Geraldo da Imaculada Conceição C. P., Presidente da Seção Estadual de Curitiba; 4.º — O cooperativismo entre os Religiosos, pelo Revmo. Pe. Eduardo Roque Bassil C. M., Presidente da Seção Estadual de Pernambuco; 5.º — A fundação no Nordeste de uma filial do Instituto de Pastoral da C. R. B.; 6.º — A situação hospitalar e a remuneração dos Religiosos nas obras de contrato, sob a orientação do Exmo. Sr. Arcebispo de Olinda e Recife.

Os cursos especializados funcionaram da seguinte maneira: a) Curso de Catequese, sob a presidência do Revmo. Pe. Pedro Falcone S. D. B., com o Revmo. Dom Marcos O. S. B. como regulador; b) Curso de Serviço Social, sob a presidência do Revmo. Pe. Monteiro da Cruz S. J., Presidente da Seção Estadual de Fortaleza, com a Revma. Irmã Rosa de Jesus Rodriguez, das Irmãs do Bom Pastor, como reguladora; c) Curso de Pedagogia, sob a presidência do Revmo. Irmão Cirilo Manuel, Marista, com a Revma. Madre Dulcina Lopes R. S. D. como reguladora; d) Curso de Formação para Mestras de Noviças, tendo como relatores o Revmo. Pe. Frei Valfredo Tepe O. F. M. e a Revma. Madre Cristina Maria, das Cônegas de Santo Agostinho; e) Curso de Jornalismo, já iniciado no dia 19 de janeiro, sob a presidência do Revmo. Pe. Mosca de Carvalho S. J., Reitor Magnífico da Universidade Católica, com o Revmo. Pe.

Frei Venâncio Willeke O. F. M., Diretor do Departamento de Imprensa da C. R. B., como regulador. O total de frequência destes cursos foi aproximadamente de 700.

No dia do encerramento do Congresso, 1.º de fevereiro, foi cantada Missa, às 8,30 hs., na Capela do Colégio N. Sra. do Carmo, sendo celebrante o Revmo. Pe. Tiago G. Cloin, diácono e subdiácono Pe. Geraldo da Imaculada Conceição C. P. e Pe. Clemente Tresour CSSR, cantando a assistência a Missa "de Angelis". Ato contínuo realizou-se a solene sessão de encerramento no salão nobre do Colégio, sob a presidência do Exmo. Sr. Arcebispo de Olinda e Recife, conforme o seguinte programa: 1) Hino Nacional; 2) Saudação ao Santo Padre João XXIII, na pessoa do Exmo. Sr. Arcebispo presente, pelo Revmo. Pe. Frei João Batista O. F. M.; 3) Leitura das conclusões do Congresso, pelo Revmo. Pe. Presidente da Secção Estadual de Pernambuco; 4) Entrega dos diplomas do Curso de Jornalismo, pelo Exmo. Sr. Arcebispo; 5) Agradecimento aos que contribuíram de modo particular, para a preparação e execução do Congresso, pelo Revmo. Presidente da Secção Estadual de Recife; 6) Agradecimento, em nome da Conferência dos Religiosos de Brasil, ao Revmo. Pe. Eduardo Roque Bassil C. M., infatigável organizador do Congresso, pelo Revmo. Sub-Secretário da C. R. B.; 7) Discurso de encerramento, pelo Exmo. Sr. Dom Antônio de Almeida Moraes Junior; 8) Hino das Conferências dos Religiosos: "Ubi Caritas". Os vibrantes aplausos que interrompiam continuamente os atos desta sessão solene traduziam eloquentemente o entusiasmo que o Congresso tinha logrado suscitar nos participantes.

Passando em revista os elementos que mais contribuíram para o êxito deste primeiro Congresso dos Religiosos do Nordeste Brasileiro, convém destacar em primeiro lugar a admirável dedicação do Exmo. e Revmo. Sr. Dom Antônio, DD. Arcebispo de Olinda e Recife, que, comparecendo frequentemente às sessões, tanto gerais como especializadas, e dirigindo várias vezes sua esclarecida e apostólica palavra aos Congressistas, criou aquêlc benéfico clima em que se desenrolou o Congresso, expressão da perfeita união, mútua compreensão e generosa colaboração entre os Religiosos e a Hierarquia. Às Religiosas Benedictinas de Tutzing, que abriram não apenas seu magnífico Colégio, mas também (e acima de qualquer louvor) seu coração, deve o Congresso em grandíssima parte, aquela palpável confraternização que reinava entre os Religiosos, pertencentes aos mais variados Institutos, e dedicados aos mais variados apostolados. Um momento que merece particular menção, por constituir um oportuno "intermezzo" nos sérios e prolongados trabalhos do Congresso, foi a deliciosa peça teatral apresentada pela Escola teatral dos Aspirantes Salesianos, sob a direção do Revmo. Pe. Guido S. D. B.: "Um anjo na portaria" (episódios da vida de São Domingos Sávio) que mereceu, por suas qualidades artísticas, os mais vivos aplausos da platéia, avaliada em mais de 1.000 religiosos, com a presença dos Exmos. e Revmos. Srs. Arcebispo de Olinda e Recife, Bispo de Cajazeiras e Presidente da C. R. B. Finalmente, o Congresso de Recife é, em notável parte, a realização pessoal do Revmo. Pe. Eduardo Roque Bassil, o incansável Presidente da Secção Estadual de Pernambuco que, sem adequados instrumentos de tra-

balho, conseguiu realizar o imenso trabalho de preparar e organizar o I Congresso Regional dos Religiosos do Brasil.

Temos a convicção de que o Congresso de Recife contribuiu notavelmente, pelas numerosas conferências de alto valor espiritual e científico para a intensificação do espírito religioso e eficiência das atividades apostólicas dos religiosos nordestinos e constituirá, pelas indeléveis saudades que deixou no coração de inúmeros participantes, uma valiosa contribuição para confortar o ânimo e fortalecer a coragem dos Religiosos da região mais sacrificada do país.

*Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R., Sub-Secretário*

## O 2.º Curso de Jornalismo para Religiosos

Recife, 19 — 31 I. 59.

Quando do 1.º curso de jornalismo realizado pela CRB no Rio de Janeiro, ficou resolvido que o próximo curso se verificaria em São Paulo. Motivos superiores impuseram a realização no Recife, ao ensejo do Congresso regional dos Religiosos do Norte e Nordeste. Como os órgãos católicos do Norte são de número reduzido e porisso poucos os Religiosos ocupados na imprensa, admitimos também seculares. Apresentaram-se 27 religiosos, inclusive 11 irmãs, 3 padres seculares, 6 seminaristas e 14 leigos, um total de 50 cursistas, dos quais 28 receberam o certificado das mãos do Exmo. Sr. Arcebispo Dom Antônio Moraes Jr. documento que fôra concedido pela Universidade Católica do Recife, cujo Magnífico Reitor, Pe. Mosca de Carvalho S. J., assumiu a presidência e o patrocínio do certame jornalístico.

O Revmo. Pe. Eduardo R. Bassil, C. M., alma do congresso regional e promotor do curso de jornalismo, foi feliz na designação dos oradores: Dr. Costa Porto, Dr. Luís Delgado, diretor d'A Tribuna do Recife; Mário Henriques, Gerente dos Diários Associados do Recife; Dr. Jorge Abrantes, Presidente da Associação Pernambucana de Imprensa; Prof. Catedrático Rui Ayres Belo; Dr. Oto Guerra, Vice-Reitor da Faculdade de Direito de Natal, e Dr. Luís Sucupira, Diretor do "Nordeste" de Fortaleza.

Os temas principais foram em linhas gerais os mesmos tratados em julho pp: no Rio de Janeiro (veja Rev. da CRB, ano IV, N.º 40, págs. 620 e ss.) destacando-se porém "Cinema e educação", magistral conferência do Ir. Claudio Celestino P. F. M., a qual aparecerá nesta revista, e "Problemas da literatura infantil", em que o Prof. Paulo Rosas demonstrou os perigos das chamadas histórias em quadrinhos, quando formam a única leitura de crianças e adolescentes.

Dada a assistência mista do curso e a escolha de conferencistas leigos de vários Estados nordestinos, não admirá o vasto âmbito que os temas abrangem e os múltiplos problemas regionais ventilados.

O interêsse vivo manifestado pelos cursistas, e os animados debates que se seguiam às conferências, provam bastante da atualidade e boa aceitação destes cursos.

As resoluções formuladas no Recife são quase as mesmas publicadas em outubro pp. ou seja: 1.º Infiltração do pensamento católico na imprensa leiga ou "neutra"; 2.º Unificação das revistas religiosas que tenham a mesma finalidade; 3.º Frequência de cursos extensivos de jornalismo pelos religiosos; 4.º Realização periódica de cursos intensivos de jornalismo pela CRB; 5.º Criação de comissões que em cada Estado ou região estudem a situação real da imprensa religiosa e trabalhem pelo advento de uma mentalidade mais clara e menos indifferente para com a imprensa católica; 6.º Formação de equipes de escritores e jornalistas católicos; 7.º Aos educadores católicos seja lembrado o perigo que constituem as histórias em quadrinhos, quando constituem a única leitura de crianças e adolescentes; 8.º Reconhecida a importância do cinema, inclua-se nas revistas religiosas uma secção permanente de cinema, orientando sobre os filmes a serem exibidos na região e ainda se inclua, no horário dos educandários católicos, uma hora de aula cinematográfica.

### Comunicações do Departamento de Imprensa

#### *Quantos somos?*

Como ainda continua incompleta a lista dos periódicos dirigidos pelos religiosos, pedimos às respectivas redações cujos órgãos faltam na relação acima (pag. 22) que nos mandem os dados na seguinte ordem:

1. nome do órgão; 2. ano da fundação; 3. finalidade; 4. se privativo de colégio, província, etc.; 5. periodicidade (semanal, quinzenal, etc.); 6. n.º de páginas de cada edição; 7. formato . . x . . cms.; 8. revista ou jornal? 9. tiragem de cada edição; 10. preço da assinatura; 11. nome e endereço completo da editora; 12. endereço do Redator; 13. endereço do Diretor responsável; 14. assinatura do informante.

#### *Revistas juvenis*

Constando que as revistas juvenis perniciosas da Capital Federal conquistam muita simpatia entre os alunos dos colégios católicos, resolvemos organizar, em março próximo, uma campanha de propaganda dos órgãos católicos tais como "Jornalzinho", "Primavera", "O Pequeno Missionário" e outros, solicitando de antemão o apoio dos Rev. Diretores dos colégios cariocas. É óbvio que pouco ou nada vale o reclamarmos contra as leituras más, se não as substituirmos pelas boas. Conviria estender esta propaganda em todos os educandários do País.

#### *"Introdução ao Jornalismo"*

Eis o título de uma recente publicação da Livraria Agir Editôra e obra de F. Fraser Rond, que vem prestar bons serviços aos redatores, tendo o prefácio do Prof. Walter Ramos Poyares, M. D. Diretor do curso de jornalismo da PUC do Rio de Janeiro.

#### *Convite para Lima do Peru*

De 23 a 26 de Abril próximo, haverá em Lima do Peru o 1º Congresso Latino-Americano de Imprensa Católica.

## RELATÓRIO DA SECÇÃO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

*Movimento geral da C.R.B. — Minas (março-dezembro 1958).*

Com o fim de comemorar o 1.º aniversário de fundação desta Secção Estadual, tivemos a alegria da visita do Revmo. Pe. Irineu Leopoldino de Souza, Secretário Geral da CRB, o qual celebrou missa de ação de graças na capela do Orfanato Santo Antônio, dia 13 de abril.

Na semana antecedente desenvolveu-se o seguinte programa de reuniões: dia 10 — Religiosas Enfermeiras; dia 11 — Superiores e Superiores; dia 12 — Diretoria da Secção e Chefes de Departamentos; dia 13 — Reunião geral em comemoração do aniversário.

Em face das exigências de registro dos Tesoureiros e Contadores dos Colégios, a Secção, atendendo a vários pedidos, coordenou o 2.º Curso de Administração de Casas, em julho, na Escola Técnica Municipal. As matérias foram: Contabilidade e Escrituração, Legislação Trabalhista e Previdência Social, Relações Humanas.

O volume de serviços de procuratórios tem aumentado dia a dia: processos de registro de professor na Secretaria de Educação e na Inspeção Seccional, registros de diplomas, processos de naturalização, recebimento de subvenções federais e estaduais, informações de todos os tipos, etc.

Têm-se, também, criado agências do serviço de viagens no interior do Estado.

Nosso Presidente, Padre Parreira, voltando de Roma, deu-nos, com a alegria de seu regresso, a satisfação de uma bênção especial de S. S. Pio XII, de saudosa memória, para a C.R.B. — Minas.

Tendo que deixar, por ordem superior, o cargo de secretária desta Secção, aproveito a oportunidade para consignar aqui os mais sinceros e profundos agradecimentos, não só à caríssima Secção que me deu oportunidade de dedicar o melhor que tinha de minha capacidade e forças, mas também à Diretoria nacional que nos tem dado apoio indispensável em nossas lutas e atividades.

Agradeço, ainda, a solicitude das Secções Estaduais que gentilmente correspondem conosco.

Agradecimento da alma, sobretudo, pela edificação constante de todos e o espírito de compreensão e fraternidade em que tivemos a felicidade de viver — a melhor das bênçãos do Senhor e da Santíssima Virgem, para os nossos trabalhos.

Que a C.R.B. continue na alta linha dos seus altos ideais e que o Senhor se digne dirigir sempre os nossos destinos, por mais difíceis e incompreensíveis que sejam. Glória a Deus por tudo!

Ir. Maria Soares da Costa Lage, F.I., Secret.

*Departamento Catequético*

Nos meses de janeiro a fevereiro realizou-se um curso intensivo para catequistas, aos sábados à tarde, com a frequência de 15 religiosas e 20 moças.

Em março realizou-se um curso intensivo para Catequistas novatas da paróquia da Boa Viagem, tendo à frente sua dirigente, com a frequência de 12 catequistas.

Em abril, visita do Padre Irineu ao Departamento de Catecismo, recebendo este como incumbência a realizar em 1958 a penetração no Instituto de Educação.

Em maio, uma professora de religião do Curso de Formação do Instituto de Educação pede à C.R.B. professoras de religião para várias turmas. O Departamento de Catecismo envia religiosas para o 3.º ano do Curso de Formação (duas de Sion, para duas turmas, e uma do Cenáculo também para duas turmas) e algumas alunas do Sion para o 1.º e 2.º anos de Formação. Todas as turmas do Curso de Formação ficam assim providas de aulas de religião.

Em junho Padre Astrogildo da Silveira, encarregado do ensino religioso no Colégio Municipal, pede ao Departamento de Catecismo professora para Metodologia Catequética, para os 1.º, 2.º e 3.º anos do curso de Formação do referido colégio. Uma catequista da equipe do Departamento é enviada para esse fim.

Em julho, de 8 a 15, realiza-se um curso intensivo para religiosas, com 25 presenças, sendo conferidos certificados de frequência. Consta o curso das seguintes matérias: Catequética (Pe. Delile Ribeiro C.M.), Psico-pedagogia (Pe. José Avril S.V.D.), Doutrina (Pe. João Slany S.V.D.), História da Igreja (Frei Deodato OFM Cap.).

Em agosto o Pe. João Sarto, da Boa Viagem, pede auxílio ao Departamento Catequético para conseguir professoras de religião para 11 turmas do ginásio do Instituto de Educação. As Marcelinas dão 5 alunas para este fim e o Departamento envia outras 6 catequistas.

Em setembro, uma professora do Grupo Escolar do Instituto de Educação pede que o Departamento coopere no preparo da turma de 1.ª Comunhão, constituída de 202 crianças. São enviadas 3 catequistas.

Realiza-se em outubro a primeira reunião do Conselho do Departamento de Catecismo. As conselheiras, a Superiora do Colégio da Assunção e Madre Maria Clélia de Sion, estiveram presentes e aceitaram o encargo do movimento do Departamento em relação aos Colégios Religiosos, ficando assim responsáveis pela elaboração da circular acerca do curso em rodízio, planejado pelo Revmo. Pe. Castro, para o ano de 1959, bem como as providências necessárias à distribuição da mesma circular.

Em novembro, realização de dois dias de conferências para as turmas do 3.º ano do Curso de Formação do Instituto de Educação. As conferências são feitas no convento de N. Sra. do Cenáculo, por Frei Francisco Araújo O.P., com 20 presenças. Realizam-se provas de religião, escritas e orais, nas turmas do Curso de Formação do Instituto de Educação.

Em dezembro, Sua Excia. o Sr. Arcebispo autoriza a entrega de diplomas de catequistas às alunas que satisfizerem as exigências estabelecidas. Vários

Colégios aproveitaram essa oportunidade e quase uma centena de catequistas receberam o diploma.

No correr de 1958, as religiosas do Cenáculo, encarregadas do Departamento, cooperaram: 1) na formação catequética das alunas da Escola Normal Rural da Fazenda do Rosário, em Ibirité, a pedido de Frei Ricardo Rozestraten O.F.M.; 2) no Curso Catequético por correspondência de Frei Ricardo Rozestraten, com aulas de Bíblia e Liturgia.

O Departamento de Serviço Social colaborou com o Departamento Catequético no sentido de fazer o levantamento das Paróquias.

Assim, pôde-se observar as mais necessitadas e organizar equipes de catequistas para ajudar no catecismo paroquial.

Madre Maria Emília Cavalcanti, Secret. do D.C.

*Notícia do Interior* — Movimento Catequético na Diocese de Oliveira: o Exmo. Sr. Bispo informou que as alunas dos Colégios das Religiosas se incumbem do movimento catequético nas paróquias e nos bairros, entre o elemento operário.

Diocese de Leopoldina: tôdas as alunas do Curso de Formação — 1.º, 2.º e 3.º anos — do Colégio Imaculada, são catequistas. Atendem não só aos 2000 e tantos alunos do Centro Catequético do Colégio, como a tôdas as classes dos grupos escolares da cidade e ainda ao catecismo dos bairros.

Seria bem interessante um levantamento geral que demonstraria o interesse dos Colégios pelo problema da catequese.

#### *Departamento de Educação e Ensino*

A Secção Estadual tomou parte na articulação do Curso de Orientação Educacional na Faculdade Católica de Filosofia "Santa Maria".

De abril a julho, sob o patrocínio do PABAEÉ, no Instituto de Educação, realizou-se um Curso de Especialização de Professôras Primárias Regentes das Classes Anexas às Escolas Normais, com grande êxito. Terminou com a exposição de material didático elaborado pelas cursistas, a qual mereceu uma visita demorada e aplausos do Sr. Secretário de Educação.

Dia 7 de maio todos os Colégios filiados à UEC deram feriado, para a solene inauguração oficial da União dos Estudantes Católicos de Minas Gerais. Participaram da Assembléia mais de 7.000 estudantes, inclusive delegações do interior.

Em maio, no dia 15, pela manhã, os colégios masculinos e femininos congregaram cerca de 7.000 estudantes no ginásio do Minas Tênis Club, onde o Revmo. Vigário Geral da Arquidiocese celebrou a missa da páscoa coletiva dos estudantes secundários, patrocinada pela UEC, e, à tarde, no auditório da Secretaria da Saúde e Assistência, a 2.a assembléia anual dos Pais de Família. Em nome da mãe católica falou a conferencista Da. Maria Luiza de Almeida Cunha e, pelos pais de família, o Prof. Dr. Waldemar Tavares Paes. Foi orador, ainda, pelo "Movimento por um mundo melhor", instituição de pais de família da Capital Mineira, o seu Diretor, Revmo. Pe. João Botelho.

No dia 15 de outubro, participando da demonstração de ginástica, or-

ganizada pelo Inspetor Federal de Educação Física, os Colégios católicos fizeram o desfile feminino pela Av. Afonso Pena, terminando no estádio do América F. C., onde se realizou a demonstração de ginástica feminina, no estádio do Ginásio Pio XII.

Iniciando as comemorações, o Revmo. Pe. Presidente celebrou a solene Missa de Réquiem por Sua Santidade Pio XII. As bandeiras desfilaram de crepe e os discursos das autoridades foram agradecimentos a Pio XII pela sua dedicação à causa da juventude.

A CRB-Minas apoiou o grande trabalho do Sindicato de Diretores de Estabelecimentos Particulares de Ensino, na luta contra certos critérios falsos do M.E.C. sobre o ensino particular, luta motivada pelas fraudes havidas quanto à distribuição das bolsas de estudo.

Acolheu a sugestão do Sindicato, de não participar da "Jornada de Diretores"; imposta, inoportunamente, pelo Ministério.

Lutou denodadamente para conseguir vitória no processo que subiu ao Supremo Tribunal Federal, no sentido de obter mandato de segurança contra a COFAP e não foi em vão.

Continúa acompanhando o assunto da Reforma do Ensino Normal que promete ser uma realidade oficial em 1959. As sugestões adotadas em 58 deram excelentes resultados. Glória e louvor a Jesus Mestre!

#### *Departamento de Enfermagem.*

Realizou-se em Belo Horizonte, de 29 de junho a 6 de julho, o 2.º Congresso Nacional de Hospitais, sob os auspícios do Ministério da Saúde, D. O. H. e Associação Brasileira de Hospitais, do Rio, promovido aqui pela Associação de Hospitais de Minas Gerais.

Os temas oficiais do Congresso, a saber: Lei Orgânica da Assistência Hospitalar, Pessoal Especializado e Previdência Social, foram discutidos em mesas redondas por um grupo de especialistas convidados pela Comissão Organizadora. Os trabalhos desse grupo se desenvolveram nos dias 29 e 30 de julho, e foram depois apresentados ao plenário do Congresso quase só para tomar conhecimento, pois não havia em pauta discussão deles no plenário.

A Secção Estadual conseguiu colocar dois de seus membros na mesa redonda sobre pessoal especializado e um no grupo que discutiu a Lei Orgânica. Pudemos notar que há um forte grupo com tendência a eliminar as Religiosas da administração dos hospitais, e no grupo que discutiu a Lei Orgânica foi mesmo proposto que se incluísse um artigo exigindo que todos os *Hospitais sejam obrigatoriamente dirigidos por médicos*, especialistas em administração hospitalar. Felizmente nossa interferência, apoiada pelo grupo de São Paulo e do Rio Grande do Sul, conseguiu que a proposta fosse retirada. Mas é claro o esforço do grupo do Ministério, em exigir, ao menos o Curso de Administração Hospitalar completo, para os administradores de hospitais, médicos ou leigos, ou religiosos.

Também no grupo que discutiu Pessoal Especializado, o mesmo assunto foi alvo de acaloradas discussões, tendo havido diversidade de opinião entre os dois grupos em que se dividiu a mesa redonda. Um dos grupos não reconheceu

a necessidade do *Capelão*, como elemento especializado dentro do Hospital...

Outro assunto que fêz vibrar a assembléia e que não chegou a ser votado, tal o calor da discussão e exaltação dos ânimos, foi a revigoração da Lei 8778/46, em favor dos práticos de enfermagem.

A Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem apresentou um trabalho propondo ao Congresso votar uma emenda à Lei 2604, que regula a profissão de enfermeiro, suprimindo completamente os práticos.

Por sua vez, o Presidente do Sindicato de Enfermeiros, que congrega os práticos de enfermagem do Rio, apresentou uma moção ao Congresso, pedindo solicitar urgência para o projeto-lei 2065, ora na Câmara dos Deputados, e que prevê a revivência da Lei 8778 de 1946. Nossa Secção Estadual apoiou esta moção que, de fato, foi aprovada por 108 votos contra 100. Tivemos, porém, que aceitar uma fórmula conciliatória, tal foi o tumulto levantado pelo grupo vencido. Ficou decidido que o Congresso de Hospitais não se pronunciaria a respeito até ter-se o resultado do trabalho do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades da Enfermagem no Brasil, que deverá aparecer ainda este ano.

E enquanto isto a ABEn vai continuar a tentar obstruir o projeto da Câmara, que já foi aprovado pela comissão de Saúde e de Justiça...

Também ficou determinado que a Lei Orgânica institua um Conselho Nacional dos Hospitais, órgão de parecer e deliberação do Ministério, uma espécie de fiscal no campo da ajuda hospitalar. Este Conselho, conforme o projeto, deverá ser composto de cerca de 15 membros, inclusive não médicos, e um representante de cada Associação de Hospitais existentes no país.

Em vista do exposto, tomamos a liberdade de fazer as seguintes sugestões à C.R.B., e por seu intermédio aos Superiores Maiores:

1 — Que seja indicado alguém para seguir o projeto da Lei Orgânica da Associação Hospitalar, ora na Câmara, a fim de se evitar a aceitação de emendas que venham prejudicar o nosso apostolado junto aos enfermos.

2 — Que seja estudada a possibilidade da fundação de uma Associação de Hospitais Católicos, a fim de que tenhamos também um representante no Conselho Nacional de Assistência Hospitalar.

3 — Que se peça aos Senhores Bispos seu apôio e interferência para a aprovação da Lei 2065/56, em favor dos práticos de enfermagem, pois temos algumas centenas de religiosas que já trabalham há mais de cinco anos na enfermagem e que só assim poderão ter uma situação legal.

4 — O grupo de religiosas presentes sugeriu, também, em reunião especial, que fôsse solicitada dos Senhores Bispos a elaboração e aprovação de um Código de Ética para os Hospitais Católicos.

— De 27 a 31 de outubro, na Escola de Enfermagem Hugo Werneck, realizou-se a "Semana de Estudos sobre Administração e Economia Hospitalar", versando sobre assuntos especializados. Dela participaram 30 Religiosas, observando-se a seguinte discriminação: Instituições 22, Congregações 9, Interior 11, Capital 11, Superiora Provincial 1, Superiores locais 8, Diretoras de Escolas 3, Enfermeiras diplomadas 8.

Para essa Semana, as Monjas Benedictinas traduziram, a pedido da Secção Estadual, o "Código de Ética e Diretrizes Religiosas para Hospitais Cató-

licos", pela Associação Católica de Hospitais dos Estados Unidos e do Canadá. Temo-los à disposição dos interessados.

A Semana foi antecipada por retiro espiritual anual para Religiosas do interior, que ainda não tiveram oportunidade de fazê-lo.

O Departamento tem organizado outras turmas de retiro de Religiosas na Casa de Retiros São José, dos Padres Redentoristas.

Realizou-se, ainda, na sede do Departamento, de setembro a novembro num total de 10 aulas, em "Curso Básico de Religião" para as Religiosas Enfermeiras da Capital.

### **Erexim (RS) — Seminário sobre a Liberdade**

Na Escola Normal "São José" de Erexim(RS), dirigida pela Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, realizou-se nos dias 20, 21 e 22 de novembro um Seminário organizado pela mesma Escola.

Estiveram presentes as alunas da Escola Normal "José Bonifácio" e representantes da Escola N. S. da Glória de Carazinho.

Foram apresentadas seis teses: Conceito da Liberdade; Liberdade de ensino; Liberdade na escolha do estado de vida; a) Matrimônio, b) Virgindade; Liberdade de consciência; Direitos da mulher.

Os debates em torno de roteiros previamente elaborados e entregues às participantes para estudo, foram calorosos e as conclusões apresentadas em plenário superaram de muito à expectativa pela profundidade e objetividade.

Horas de arte e sessões especiais funcionaram diariamente por conta dos diversos Clubes: Literário, de Religião, de Cinema, Imprensa e Rádio. Magnífica foi a sessão do Clube de Religião no dia das Vocações Femininas.

A realização de um Seminário numa Escola do interior a todos surpreendeu, e a Escola, em vista do pedido de Professores e alunas, bem como pelo brilhantismo com que se processou, tenciona promover todos os anos idêntica atividade, a fim de despertar suas professorandas para os problemas reais da vida, afastando-as assim de realizações menos educativas e mesmo prejudiciais.

### **NOVAS FUNDAÇÕES**

*Pirai*, Est. do Rio — Cidade com cerca de 5.000 habitantes, 400 metros de altitude, bom clima, à margem da Rodovia Rio-São Paulo, a uma hora e meia da Capital Federal, com ônibus horários partindo da Praça Mauá.

A Sociedade Mantenedora pede uma Congregação de Irmãs para a administração da Santa Casa de Misericórdia, que atende gratuitamente a indigentes, com 100 camas e somente 8 quartos particulares. O hospital dispõe de enfermaria para homens e para senhoras, berçário, maternidade, aparelhos modernos de Raios X, sala de operação completa, ambulância nova, lavanderia com máquinas apropriadas, cozinha com fogão elétrico e a gás, telefone para comu-

nicações urgentes e interurbanas.

A parte reservada às Religiosas está em fase de conclusão: tem cozinha e refeitório próprio, sala de estar, quarto e banheiro para a Superiora, dormitório e instalações sanitárias para as Irmãs, enfermaria. As acomodações para as Irmãs estão localizadas no primeiro andar da parte reservada, havendo em baixo acomodações para outras necessidades, como lavanderia, jardim, sala, etc.

Para iniciar pedem ao menos duas ou três religiosas. Já está em funcionamento a Capela do hospital, e fica assegurada toda assistência espiritual por parte dos Padres da Paróquia.

*Araruna do Sul, Paraná* — O Vigário da Paróquia de Santo Antônio oferece a uma Congregação de Religiosas terreno e auxílios para a construção de um estabelecimento de ensino ou obra semelhante, dando logo uma casa provisória para duas Irmãs e umas seis moças de família, para companhia das Irmãs. A paróquia é nova, mas conta com o forte elemento de pessoal católico, composto de colonos novos que agora estão começando a vida, oferecendo portanto imensa possibilidade de recrutamento de vocações.

*Santa Rita de Sapucaí, Minas Gerais* — Pedem uma Congregação masculina para a direção de um Ginásio, de propriedade da Paróquia, e já em condições de funcionamento, esperando somente os religiosos que o possam dirigir.

Há também uma Escola Elementar de Agricultura, já em vias de conclusão, com 50 alqueires de terra e vários prédios já construídos, com capacidade para 200 alunos. A entrega da escola por parte do Estado depende só da aceitação de uma Congregação religiosa.

## BIBLIOGRAFIA

SÍNTESE Política, Econômica, Social, Revista trimestral. Nr. 1, Janeiro-Março de 1959. Rio de Janeiro, D. F.

Acabamos de receber com satisfação o primeiro exemplar da Revista Síntese. Foi o Dr. Rubens Porto, seu Diretor-Tesoureiro, membro do Conselho Nacional de Geografia e Estatística, e Diretor do Serviço de Estatística Demográfica do Ministério da Justiça, que no-lo apresentou. A capa é muito sugestiva. Síntese é o nome da Revista. A inicial S vem em maiúscula amarela, e as outras letras vêm em preto. Logo abaixo, vêm as iniciais P, E, S, em amarelo, começando as palavras que continuam em preto: Política, Econômica, Social. E o leitor pergunta se o nome da Revista é SÍNTESE ou SPES. Qualquer uma das duas, são coisas de que temos extrema necessidade nos dias de hoje. Precisamos primeiro de uma síntese. Em meio a tantas experiências, em todos os campos de atividade; em meio a programas desarticulados de desenvolvimen-

to econômico, anárquico, sem base nos problemas educacionais e humanos, num momento em que os grupos líderes da Nação não mais se entendem e se dissolvem perante a opinião pública, substituídos por messianismos salvadores, temos realmente necessidade de uma *síntese*, de uma palavra certa que oriente, esclareça, conduza, sem partidanismos duvidosos. Como temos necessidade também de uma esperança. Em meio às aflições do momento histórico que vivemos, com males que nos atormentam de todos os lados: infiltração do protestantismo e espiritismo, a idéia divorcista, que retorna em cada legislatura, como ameaça triste aos resquícios de organização familiar que ainda sobram nos grandes centros urbanos; inflação, devorando as parcas economias das nossas instituições de educação e assistência; salários em alta constante, prejudicando as instituições, sem em nada ma-

lhorar a sorte dos assalariados; produção que diminui, para um consumo que aumenta, pela ansia de bem estar do povo. **Spes:** uma esperança que brilhe no céu de nossa Pátria, não nos messianismos salvadores, que também estes são movimentos efêmeros e passageiros, mas numa verdadeira renovação espiritual. Nossa crise é crise sobretudo de autoridade, de valores mais altos, humanos, religiosos, espirituais.

O primeiro número traz alentados estudos. **O Estado não é o dono da Educação. O Marxismo e as suas contradições. Desenvolvimento econômico. duas correntes em conflito; Existe no Brasil uma juventude transviada?** Depois dos artigos, vêm as colunas de Síntese: Síntese política, comentando as eleições de 3 de Outubro; Síntese Econômica: desenvolvimento: conceituação e crítica. Síntese social: a crise familiar. Livros e revistas, em análise e resenha, são as colunas que completam a Revista.

**Síntese** é uma Revista que estava fazendo falta em nossos educandários, para os nossos professores, religiosos e leigos. Quem leciona para a juventude, que amanhã dirigirá os destinos de nossa terra, tem necessidade de uma orientação segura, fundamentada, firme. Nas últimas eleições aconteceu um fato curioso. Uma família do interior de São Paulo tem dois filhos estudando para o sacerdócio, na mesma congregação religiosa, um no curso teológico, outro no curso filosófico. O pai dos dois religiosos recebeu cartas muito zelosas, de ambos os filhos, recomendando-lhes escolhesse bem os candidatos nas eleições. O da filosofia indicava um candidato como santo, reprimando outro como um demônio; o aluno da teologia, fazia exatamente

o contrário, invertendo a posição dos candidatos. O pai, homem de critério, experimentado pela luta da vida, procurou o colégio religioso da cidade, mantido pela mesma congregação a que tinha entregue seus dois filhos, e mostrou as duas cartas ao Superior, perguntando afinal quem estava com a razão. Se se tratasse de congregações religiosas diversas, poderíamos dizer que eram orientações filosóficas ou sociais diferentes; se um aluno fosse estudante de seminário religioso, outro do seminário secular, ainda compreenderíamos. Mas os dois estudavam apenas em ramo diferente, no mesmo nível superior, em institutos da mesma congregação. Apenas os professores de história e sociologia dos dois cursos eram diferentes, e tinham, diante do mesmo problema, uma orientação diametralmente oposta. Ninguém pretende dogmatizar em matéria da economia, sociologia, e menos ainda, em política. Porém, uma orientação mais coerente com as doutrinas filosóficas e teológicas que professamos, e mais ajustada à realidade dos fatos históricos, da conjuntura em que vivemos, evidentemente não faria mal aos dois professores, para bem conduzirem os seus alunos, e para não se enredarem pura e simplesmente nas malhas de uma paixão política partidária, que não deixa ver com exatidão e objetividade o que se passa ao redor de nós.

Por isto é que **Síntese** é uma revista que fazia falta. Por seu corpo de redatores e colaboradores, é uma revista que já nasce adulta. **Síntese** é uma Revista que recomendamos aos professores, religiosos ou não de todos os nossos colégios.

Pe. Irineu Leopoldino de Souza.

Frei Roberto B. Lopes, O. F. M. MONTE ALVERNE PREGADOR IMPERIAL, Editora Vozes Ltda. Petrópolis. 1958 230 págs.

Ao ensejo do 1.º centenário da morte de Frei Francisco do Monte Alverne, comemorado a 2 de dezembro de 1958, apareceu esta biografia da pena de Frei Roberto, professor franciscano, até então conhecido como inspirado poeta, mas igualmente hábil pesquisador e biógrafo. A rica literatura e os documentos inéditos consultados pelo autor testemunham a perfeição da obra, reabilitando o maior pregador sacro do império brasileiro, a quem Sílvio Romero e Ronald de Carvalho, para citar apenas estes dois,

tratarem com tão pouca justiça. Além da vida de Frei Monte Alverne apreciamos nesta obra a situação das ordens religiosas no século passado e o hercúleo esforço que fizeram para salvar a tradição milissecular dos mosteiros. O que, porém, sobressai em todo o livro é a apreciação de Monte Alverne "Orador", à mão de sermões, panegíricos, discursos e orações fúnebres, justificando a esperança de que Frei Roberto, em breve, dedique outro volume às obras completas do pregador imperial.

Frei Anacário Corbiniano, O.F.M.